

## REGULAMENTO CERES FLEXCERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
TÍTULO I		TÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS		DISPOSIÇÕES INICIAIS
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
Finalidade		Finalidade
Art. 1º - Este Regulamento estabelece os requisitos e normas de operação do Plano de Benefícios, denominado Ceres-FlexCeres, destinado ao quadro próprio de empregados da Ceres – Fundação de Seguridade Social, entidade de previdência complementar, classificado quanto ao custeio como contributivo e estruturado na modalidade de contribuição variável.		Art. 1º - Este Regulamento estabelece os requisitos e normas de operação do Plano de Benefícios, denominado Ceres-FlexCeres, destinado ao quadro próprio de empregados da Ceres – Fundação de Seguridade Social, entidade de previdência complementar, classificado quanto ao custeio como contributivo e estruturado na modalidade de contribuição variável.
Parágrafo Único - As expressões, palavras, abreviações ou siglas utilizadas neste regulamento terão o seguinte significado, a menos que o contexto em que estiverem inseridas indique claramente outro sentido:		Parágrafo Único - As expressões, palavras, abreviações ou siglas utilizadas neste regulamento terão o seguinte significado, a menos que o contexto em que estiverem inseridas indique claramente outro sentido:
a) Abono anual: 13ª (décima terceira) parcela anual do benefício pago em forma de renda mensal a assistido do Plano de Benefícios.		a) Abono anual: 13ª (décima terceira) parcela anual do benefício pago em forma de renda mensal a assistido do Plano de Benefícios.
b) Autoridade Pública Competente: Ente governamental responsável pela regulamentação e fiscalização das entidades de previdência complementar, na forma prevista na legislação.		b) Autoridade Pública Competente: Ente governamental responsável pela regulamentação e fiscalização das entidades de previdência complementar, na forma prevista na legislação.
c) Benefício de Risco: Benefício de caráter previdenciário cuja concessão depende da ocorrência de eventos não previsíveis, como a morte, a invalidez, a doença ou a reclusão.		c) Benefício de Risco: Benefício de caráter previdenciário cuja concessão depende da ocorrência de eventos não previsíveis, como a morte, a invalidez, a doença ou a reclusão.
d) Benefício Programado: Benefício de caráter previdenciário em que a data de seu início é previsível, conforme as condições estabelecidas no regulamento.		d) Benefício Programado: Benefício de caráter previdenciário em que a data de seu início é previsível, conforme as condições estabelecidas no regulamento.
e) Certificado de Adesão Participante: Documento fornecido pela Ceres, confirmando as condições de ingresso do participante no plano e contendo seus dados cadastrais.		e) Certificado de Adesão Participante: Documento fornecido pela Ceres, confirmando as condições de ingresso do participante no plano e contendo seus dados cadastrais.
f) Certificado de Participante: Documento exigido pela legislação, que contém os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios.		f) Certificado de Participante: Documento exigido pela legislação, que contém os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios.
g) Conselho Deliberativo: É órgão máximo da estrutura organizacional da Ceres, responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.		g) Conselho Deliberativo: É órgão máximo da estrutura organizacional da Ceres, responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.
h) Dados cadastrais: Conjunto de informações pessoais e profissionais dos participantes destinado às previsões de aposentadoria e avaliação permanente da evolução dos custos do plano de benefícios. No caso de assistidos, as informações cadastrais também são necessárias ao acompanhamento de alterações pessoais.		h) Dados cadastrais: Conjunto de informações pessoais e profissionais dos participantes destinado às previsões de aposentadoria e avaliação permanente da evolução dos custos do plano de benefícios. No caso de assistidos, as informações cadastrais também são necessárias ao acompanhamento de alterações pessoais.
i) Entidade destinatária: É a entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora para a qual serão transferidos os recursos financeiros que		i) Entidade destinatária: É a entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora para a qual serão transferidos os recursos financeiros que

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
representam o direito de portabilidade previsto no regulamento e na legislação vigente.		representam o direito de portabilidade previsto no regulamento e na legislação vigente.
j) Estatuto: Documento que define a Ceres, seu objeto e a estrutura organizacional, com seus órgãos, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.		j) Estatuto: Documento que define a Ceres, seu objeto e a estrutura organizacional, com seus órgãos, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.
k) Índice de Referência – É a taxa de inflação, acrescida da taxa de juros referente ao plano de benefícios.		k) Índice de Referência – É a taxa de inflação, acrescida da taxa de juros referente ao plano de benefícios.
l) INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.		l) INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
m) Material Explicativo: Documento exigido pela legislação, que descreve, em linguagem simples e precisa, as características do plano.		m) Material Explicativo: Documento exigido pela legislação, que descreve, em linguagem simples e precisa, as características do plano.
n) Período de diferimento: Período compreendido entre a data da opção do participante pelo Benefício Proporcional Diferido e a data da concessão do benefício. em que se tornar habilitado ao recebimento das prestações mensais.		n) Período de diferimento: Período compreendido entre a data da opção do participante pelo Benefício Proporcional Diferido e a data <del>da concessão do benefício</del> , em que se tornar habilitado ao recebimento das prestações mensais.
o) Plano Básico-Ceres: é o plano de benefício definido em extinção, patrocinado pela Ceres e destinado aos seus empregados.		o) Plano Básico-Ceres: é o plano de benefício definido em extinção, patrocinado pela Ceres e destinado aos seus empregados.
p) Plano de Benefício Definido – Plano cujos participantes tem a garantia do recebimento dos benefícios programados no valor ou nível previamente estabelecido, em que as contribuições poderão variar ao longo dos anos.		p) Plano de Benefício Definido – Plano cujos participantes têm a garantia do recebimento dos benefícios programados no valor ou nível previamente estabelecido, em que as contribuições poderão variar ao longo dos anos.
q) Plano de Contribuição Definida: Plano cujos valores dos benefícios programados serão com base no saldo de conta acumulado para o participante, sendo que as contribuições serão definidas pelo participante e pela patrocinadora.		q) Plano de Contribuição Definida: Plano cujos valores dos benefícios programados serão com base no saldo de conta acumulado para o participante, sendo que as contribuições serão definidas pelo participante e pela patrocinadora.
r) Plano de Contribuição Variável: Aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de Plano de Benefício Definido e Plano de Contribuição Definida.		r) Plano de Contribuição Variável: Aqueles cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de Plano de Benefício Definido e Plano de Contribuição Definida.
s) Plano de custeio: É o documento técnico com periodicidade mínima anual, destinado a estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pela autoridade pública competente.		s) Plano de custeio: É o documento técnico com periodicidade mínima anual, destinado a estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pela autoridade pública competente.
t) Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência: É o regime de previdência do INSS ou dos servidores públicos em geral, vinculados à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.		t) Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência: É o regime de previdência do INSS ou dos servidores públicos em geral, vinculados à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
u) Reserva Matemática de Benefício Concedido: Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que já foram concedidos pelo plano.		u) Reserva Matemática de Benefício Concedido: Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que já foram concedidos pelo plano.
TÍTULO II		TÍTULO II
DESTINATÁRIOS		DESTINATÁRIOS
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Membros do Ceres-FlexCeres		Membros do Ceres-FlexCeres
Art. 2º - São membros do Ceres-FlexCeres:		Art. 2º - São membros do Ceres-FlexCeres:
I - o Patrocinador;		I - o Patrocinador;
II – os participantes;		II – os participantes;
III – os assistidos;		III – os assistidos;
IV - os beneficiários.		IV - os beneficiários.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II
Definição		Definição
Seção I		Seção I
Patrocinador		Patrocinador
Art. 3º - É Patrocinador deste plano de benefícios, a própria CERES – Fundação de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Fundação, com sede em Brasília, Distrito Federal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 00.532.804/0001-31, doravante denominado Patrocinador.		Art. 3º - É Patrocinador deste plano de benefícios, a própria CERES – Fundação de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Fundação, com sede em Brasília, Distrito Federal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 00.532.804/0001-31, doravante denominado Patrocinador.
Seção II		Seção II
Participante		Participante
Art. 4º - É participante, o empregado do Patrocinador inscrito no Ceres-Flex-Ceres que não esteja em gozo de qualquer benefício referido no inciso I do artigo 21, bem como os ex-empregados inscritos nos institutos do autopatrocínio e do benefício proporcional diferido previstos neste regulamento.		Art. 4º - É participante, o empregado do Patrocinador inscrito no Ceres-Flex-Ceres que não esteja em gozo de qualquer benefício referido no inciso I do artigo 21, bem como os ex-empregados inscritos nos institutos do autopatrocínio e do benefício proporcional diferido previstos neste regulamento.
Seção III		Seção III
Assistido		Assistido
Art. 5º - É assistido, o membro do Ceres-FlexCeres em gozo de benefício de prestação continuada previsto neste regulamento.		Art. 5º - É assistido, o membro do Ceres-FlexCeres em gozo de benefício de prestação continuada previsto neste regulamento.
Seção IV		Seção IV
Beneficiários		Beneficiários
Art. 6º - São beneficiários as pessoas que vivam sob a dependência econômica do participante ou do assistido.		Art. 6º - São beneficiários as pessoas que vivem sob a dependência econômica do participante ou do assistido.
§1º - Compõem o grupo de beneficiários:		§1º - Compõem o grupo de beneficiários:
a) o cônjuge, a companheira ou o companheiro;		a) o cônjuge, a companheira ou o companheiro;
b) os filhos e enteados menores e não emancipados, de qualquer condição, ou os filhos e enteados inválidos, cuja invalidez tenha ocorrido na condição de menores e não emancipados e antes do óbito do participante ou assistido;		b) os filhos e enteados menores e não emancipados, de qualquer condição, ou os filhos e enteados inválidos, cuja invalidez tenha ocorrido na condição de menores e não emancipados e antes do óbito do participante ou assistido;
c) os menores tutelados ou maiores de 55 (cinquenta e cinco) anos, bem como os inválidos, cuja invalidez tenha		c) os menores tutelados ou maiores de 55 (cinquenta e cinco) anos, bem como os inválidos, cuja invalidez tenha

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
ocorrido na condição de tutelados e antes do óbito do participante ou assistido;		ocorrido na condição de tutelados e antes do óbito do participante ou assistido;
d) os pais;		d) os pais;
§2º - Para os efeitos deste Regulamento, são consideradas pessoas menores:		§2º - Para os efeitos deste Regulamento, são consideradas pessoas menores:
a) as de idade inferior a 21 (vinte e um) anos;		a) as de idade inferior a 21 (vinte e um) anos;
b) as de idade inferior a 24 (vinte e quatro) anos que estejam cursando ensino superior autorizado ou reconhecido em instituições credenciadas.		b) as de idade inferior a 24 (vinte e quatro) anos que estejam cursando ensino superior autorizado ou reconhecido em instituições credenciadas.
§3º - A dependência econômica do cônjuge, da companheira, do companheiro e dos filhos é presumida e das demais pessoas, constantes desse artigo, deve ser comprovada.		§3º - A dependência econômica do cônjuge, da companheira, do companheiro e dos filhos é presumida e das demais pessoas, constantes desse artigo, deve ser comprovada.
§4º A comprovação da dependência econômica, que se refere o parágrafo anterior, abrange as pessoas cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao benefício mínimo pago pelo Regime Geral de Previdência Social.		§4º A comprovação da dependência econômica, que se refere o parágrafo anterior, abrange as pessoas cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao benefício mínimo pago pelo Regime Geral de Previdência Social.
Subseção I		Subseção I
Ausência de Beneficiários		Ausência de Beneficiários
Art. 7º - No caso de participante ou de assistido não possuir beneficiários, será lícito a ele designar qualquer pessoa para fins exclusivos de recebimento do Pecúlio por Morte referido no artigo 50 Capítulo XIV.		Art. 7º - No caso de participante ou de assistido não possuir beneficiários, será lícito a ele designar qualquer pessoa para fins exclusivos de recebimento do Pecúlio por Morte referido no artigo 50 Capítulo XIV.
Parágrafo único - Não havendo a designação prevista no <i>caput</i> deste artigo, o pecúlio será devido aos herdeiros legais do participante ou assistido, na ordem natural de sua sucessão.		Parágrafo único - Não havendo a designação prevista no <i>caput</i> deste artigo, o pecúlio será devido aos herdeiros legais do participante ou assistido, na ordem natural de sua sucessão.
Art. 8º - No caso do participante falecer e não possuir beneficiários será pago aos herdeiros legais o saldo das suas contribuições pessoais, dos aportes e das portabilidades, previstos nos incisos I e II do artigo 85.		Art. 8º - No caso do participante falecer e não possuir beneficiários será pago aos herdeiros legais o saldo das suas contribuições pessoais, dos aportes e das portabilidades, previstos nos incisos I e II do artigo 85.
TÍTULO III		TÍTULO III
DIREITOS DOS DESTINATÁRIOS		DIREITOS DOS DESTINATÁRIOS
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
Inscrição dos membros no Ceres-FlexCeres		Inscrição dos membros no Ceres-FlexCeres
Art. 9º - Considera-se inscrição, para os efeitos do <i>Ceres-FlexCeres</i> :		Art. 9º - Considera-se inscrição, para os efeitos do <i>Ceres-FlexCeres</i> :
I – em relação à Ceres – Fundação de Seguridade Social, como Patrocinadora do <i>Ceres-FlexCeres</i> , a celebração de Convênio de Adesão, na forma estabelecida no Estatuto da Ceres e na legislação vigente.		I – em relação à Ceres – Fundação de Seguridade Social, como Patrocinadora do <i>Ceres-FlexCeres</i> , a celebração de Convênio de Adesão, na forma estabelecida no Estatuto da Ceres e na legislação vigente.
II – em relação ao participante, o ato da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida e assinada, à Ceres ou ao responsável designado pelo Patrocinador, devendo ser homologada a inscrição, na forma do Estatuto, o que ratifica a inscrição realizada;		II – em relação ao participante, o ato da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida e assinada, à Ceres ou ao responsável designado pelo Patrocinador, devendo ser homologada a inscrição, na forma do Estatuto, o que ratifica a inscrição realizada;
III – em relação ao beneficiário, a homologação de sua inscrição nos termos do Ceres-FlexCeres, declarada por		III – em relação ao beneficiário, a homologação de sua inscrição nos termos do Ceres-FlexCeres, declarada por

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
participante ou assistido e comprovada pelos documentos que forem solicitados pela <i>Ceres</i> .		participante ou assistido e comprovada pelos documentos que forem solicitados pela <i>Ceres</i> .
Seção I		Seção I
Inscrição dos Participantes		Inscrição dos Participantes
Art. 10 - A ficha de inscrição será considerada devidamente preenchida e assinada, desde que contenha no mínimo o nome completo do interessado e o percentual da contribuição normal escolhida por ele, e que a autenticidade da assinatura do interessado seja confirmada pela <i>Ceres</i> , pelo responsável designado pelo Patrocinador ou em Cartório competente.		Art. 10 - A ficha de inscrição será considerada devidamente preenchida e assinada, desde que contenha no mínimo o nome completo do interessado e o percentual da contribuição normal escolhida por ele, e que a autenticidade da assinatura do interessado seja confirmada pela <i>Ceres</i> , pelo responsável designado pelo Patrocinador ou em Cartório competente.
Subseção I		Subseção I
Benefícios Assegurados na Inscrição		Benefícios Assegurados na Inscrição
Art. 11 - O participante e beneficiário têm assegurado os benefícios previstos no artigo 21, que são o benefício programado e os benefícios de risco.		Art. 11 - O participante e beneficiário têm assegurado os benefícios previstos no artigo 21, que são o benefício programado e os benefícios de risco.
Parágrafo único - Os benefícios de risco provenientes de invalidez e morte, conforme previsão legal, estarão cobertos por meio de Seguro, a ser contratado pela <i>Ceres</i> junto a uma Seguradora, de forma a proporcionar maior segurança econômico-financeira para o plano.		Parágrafo único - Os benefícios de risco provenientes de invalidez e morte, conforme previsão legal, estarão cobertos por meio de Seguro, a ser contratado pela <i>Ceres</i> junto a uma Seguradora, de forma a proporcionar maior segurança econômico-financeira para o plano.
Subseção II		Subseção II
Atestado Médico		Atestado Médico
Art. 12 - O empregado recém-admitido no Patrocinador está isento de comprovar a higidez física e mental, para fins de avaliar o custo dos benefícios de risco de auxílios doença e reclusão, desde que a sua inscrição ocorra dentro dos primeiros 30 (trinta) dias contados da vigência do contrato de trabalho.		Art. 12 - O empregado recém-admitido no Patrocinador está isento de comprovar a higidez física e mental, para fins de avaliar o custo dos benefícios de risco de auxílios doença e reclusão, desde que a sua inscrição ocorra dentro dos primeiros 30 (trinta) dias contados da vigência do contrato de trabalho.
§1º - Após o prazo mencionado no caput deste artigo, a inscrição do empregado como participante do <i>Ceres-FlexCeres</i> só será aceita mediante apresentação de Atestado Médico fornecido por clínica médica indicada ou aceita pela <i>Ceres</i> e pelo Patrocinador, sem ônus para a <i>Ceres</i> e para o Patrocinador.		§1º - Após o prazo mencionado no caput deste artigo, a inscrição do empregado como participante do <i>Ceres-FlexCeres</i> só será aceita mediante apresentação de Atestado Médico fornecido por clínica médica indicada ou aceita pela <i>Ceres</i> e pelo Patrocinador, sem ônus para a <i>Ceres</i> e para o Patrocinador.
§2º - O empregado cujo exame médico não apresentar higidez física e mental, poderá se inscrever no <i>Ceres-FlexCeres</i> mediante o pagamento do custo adicional estabelecido em função do aumento do risco atuarial para o plano de benefícios.		§2º - O empregado cujo exame médico não apresentar higidez física e mental, poderá se inscrever no <i>Ceres-FlexCeres</i> mediante o pagamento do custo adicional estabelecido em função do aumento do risco atuarial para o plano de benefícios.
Subseção III		Subseção III
Entrega e Disponibilização de Documentos		Entrega e Disponibilização de Documentos
Art. 13 - Na época da inscrição, a <i>Ceres</i> fornecerá aos participantes o Certificado de Adesão, um exemplar do Estatuto e do Regulamento do <i>Ceres-FlexCeres</i> , bem como Material Explicativo e Certificado de Participante, que são documentos exigidos pela legislação.		Art. 13 - Na época da inscrição, a <i>Ceres</i> fornecerá aos participantes o Certificado de Adesão, um exemplar do Estatuto e do Regulamento do <i>Ceres-FlexCeres</i> , bem como Material Explicativo e Certificado de Participante, que são documentos exigidos pela legislação.
Parágrafo único – Além dos documentos referentes ao plano, a <i>Ceres</i> divulgará e disponibilizará aos participantes informações referentes ao seguro.		Parágrafo único – Além dos documentos referentes ao plano, a <i>Ceres</i> divulgará e disponibilizará aos participantes informações referentes ao seguro.
Subseção IV		Subseção IV

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Desvinculação da Inscrição com o Seguro		Desvinculação da Inscrição com o Seguro
Art. 14 - A inscrição do empregado no plano Ceres-FlexCeres não está condicionada à sua aceitação como segurado pela Seguradora.		Art. 14 - A inscrição do empregado no plano Ceres-FlexCeres não está condicionada à sua aceitação como segurado pela Seguradora.
Parágrafo único - Caso o participante não tenha cobertura de invalidez ou morte, por meio do seguro contratado com a Seguradora, ficará isento da contribuição específica para esses riscos. Neste caso, a cobertura dos benefícios de risco de invalidez e morte, na concessão, será feita exclusivamente por meio do saldo das contas individuais previstas nos incisos de I a III do artigo 85 .		Parágrafo único - Caso o participante não tenha cobertura de invalidez ou morte, por meio do seguro contratado com a Seguradora, ficará isento da contribuição específica para esses riscos. Neste caso, a cobertura dos benefícios de risco de invalidez e morte, na concessão, será feita exclusivamente por meio do saldo das contas individuais previstas nos incisos de I a III do artigo 85 .
Seção II		Seção II
Inscrição de Beneficiários		Inscrição de Beneficiários
Art. 15 – Para inscrição de beneficiário é indispensável a do participante ou assistido a que esteja vinculado por dependência econômica.		Art. 15 – Para inscrição de beneficiário é indispensável a do participante ou assistido a que esteja vinculado por dependência econômica.
§1º - No ato de sua inscrição, o participante deverá indicar seus beneficiários, apresentando os documentos exigidos pela Ceres.		§1º - No ato de sua inscrição, o participante deverá indicar seus beneficiários, apresentando os documentos exigidos pela Ceres.
§2º - A prova de inscrição no Regime Geral de Previdência Social como beneficiário do segurado poderá ser considerada como comprovação da qualidade de beneficiário do participante ou assistido perante o <i>Ceres-FlexCeres</i> .		§2º - A prova de inscrição no Regime Geral de Previdência Social como beneficiário do segurado poderá ser considerada como comprovação da qualidade de beneficiário do participante ou assistido perante o <i>Ceres-FlexCeres</i> .
§3º - A Ceres reserva-se o direito de efetuar inspeções que julgar convenientes para efeito de constatação das declarações prestadas.		§3º - A Ceres reserva-se o direito de efetuar inspeções que julgar convenientes para efeito de constatação das declarações prestadas.
Subseção I		Subseção I
Atualização de Beneficiários		Atualização de Beneficiários
Art. 16 – O participante ou o assistido são obrigados a comunicar à Ceres, dentro de 30 (trinta) dias de sua ocorrência, os fatos que alterem as declarações prestadas no ato de sua inscrição, inclusive no que tange à inclusão de novos beneficiários.		Art. 16 – O participante ou o assistido são obrigados a comunicar à Ceres, dentro de 30 (trinta) dias de sua ocorrência, os fatos que alterem as declarações prestadas no ato de sua inscrição, inclusive no que tange à inclusão de novos beneficiários.
§1º - A inclusão de novos beneficiários de assistido está condicionada à análise do impacto atuarial no custo do Ceres-FlexCeres.		§1º - A inclusão de novos beneficiários de assistido está condicionada à análise do impacto atuarial no custo do Ceres-FlexCeres.
§2º - Na hipótese de o benefício suplementar resultante da análise referida no parágrafo anterior determinar redução do valor do benefício que vinha sendo pago, poderá o assistido optar:		§2º - Na hipótese de o benefício suplementar resultante da análise referida no parágrafo anterior determinar redução do valor do benefício que vinha sendo pago, poderá o assistido optar:
a) pela preservação do valor do benefício, mediante aporte de contribuição adicional;		a) pela preservação do valor do benefício, mediante aporte de contribuição adicional;
b) pela redução do valor do benefício.		b) pela redução do valor do benefício.
Subseção II		Subseção II
Ausência de Inscrição de Beneficiários		Ausência de Inscrição de Beneficiários
Art. 17 – Ocorrendo falecimento do participante ou assistido sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários, a estes será permitido promovê-la,		Art. 17 – Ocorrendo falecimento do participante ou assistido sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários, a estes será permitido promovê-la,

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
observado o disposto para esse fim neste regulamento e o disposto no artigo 95.		observado o disposto para esse fim neste regulamento e o disposto no artigo 95.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II
Cancelamento da Inscrição dos Membros do Ceres-FlexCeres		Cancelamento da Inscrição dos Membros do Ceres-FlexCeres
Seção I		Seção I
Cancelamento de inscrição do Patrocinador		Cancelamento de inscrição do Patrocinador
Art. 18 – O cancelamento da inscrição do Patrocinador, observadas as disposições da legislação vigente e do Estatuto, dar-se-á:		Art. 18 – O cancelamento da inscrição do Patrocinador, observadas as disposições da legislação vigente e do Estatuto, dar-se-á:
I - a seu requerimento;		I - a seu requerimento;
II - por sua extinção, inclusive através de cisão, fusão, ou incorporação;		II - por sua extinção, inclusive através de cisão, fusão, ou incorporação;
III - pelo descumprimento de suas obrigações com a Ceres.		III - pelo descumprimento de suas obrigações com a Ceres.
§1º - Nos casos previstos neste artigo, o Patrocinador ou seu sucessor legal ficará obrigado a recolher à Ceres os fundos atuariais necessários para assegurar os direitos dos participantes e assistidos, nos termos da legislação vigente, ou prestar garantias quando o recolhimento for feito parceladamente.		§1º - Nos casos previstos neste artigo, o Patrocinador ou seu sucessor legal ficará obrigado a recolher à Ceres os fundos atuariais necessários para assegurar os direitos dos participantes e assistidos, nos termos da legislação vigente, ou prestar garantias quando o recolhimento for feito parceladamente.
§2º - O Patrocinador ficará dispensado das obrigações previstas no parágrafo anterior se elas forem integralmente assumidas pelo sucessor legal que se inscrever como Patrocinador do Ceres-FlexCeres.		§2º - O Patrocinador ficará dispensado das obrigações previstas no parágrafo anterior se elas forem integralmente assumidas pelo sucessor legal que se inscrever como Patrocinador do Ceres-FlexCeres.
Seção II		Seção II
Cancelamento de Inscrição de Participante		Cancelamento de Inscrição de Participante
Art. 19 - Será cancelada a inscrição do participante que:		Art. 19 - Será cancelada a inscrição do participante que:
I – falecer, ressalvado o direito dos seus beneficiários;		I - falecer, ressalvado o direito dos seus beneficiários;
II - requerer o cancelamento de sua inscrição;		II - requerer o cancelamento de sua inscrição;
III – não efetuar o pagamento de 3 (três) contribuições, consecutivas ou não, observado o disposto no §3º;		III - não efetuar o pagamento de 3 (três) contribuições, consecutivas ou não, observado o disposto no §3º;
IV – requerer a portabilidade, nas condições estabelecidas no artigos 71.		IV - requerer a portabilidade, nas condições estabelecidas no artigo 71.
V – deixar de ser empregado do Patrocinador, ressalvados os casos de aposentadoria, detenção ou reclusão e daqueles que tiverem assegurado o direito de optar pelo autopatrocínio ou benefício proporcional diferido nas condições previstas nos artigos 59 e 61.		V - deixar de ser empregado do Patrocinador, ressalvados os casos de aposentadoria, detenção ou reclusão e daqueles que tiverem assegurado o direito de optar pelo autopatrocínio ou benefício proporcional diferido nas condições previstas nos artigos 59 e 61.
§1º – Ressalvado o caso de morte do participante, o cancelamento de sua inscrição implica no cancelamento da inscrição dos respectivos beneficiários.		§1º – Ressalvado o caso de morte do participante, o cancelamento de sua inscrição implica no cancelamento da inscrição dos respectivos beneficiários.
§2º - O cancelamento da inscrição implica na cessação de todos os compromissos previstos neste regulamento, em relação ao participante e seus beneficiários, ressalvado o direito ao resgate previsto no artigo 69.		§2º - O cancelamento da inscrição implica na cessação de todos os compromissos previstos neste regulamento, em relação ao participante e seus beneficiários, ressalvado o direito ao resgate previsto no artigo 69.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§3º - O cancelamento de que trata o inciso III será precedido de notificação encaminhada ao participante, no endereço constante dos arquivos da Ceres, sendo-lhe concedido o prazo de 30 (trinta) dias para liquidação de seu débito, acrescido dos encargos previstos no §3º do artigo 92.		§3º - O cancelamento de que trata o inciso III será precedido de notificação encaminhada ao participante, no endereço constante dos arquivos da Ceres, sendo-lhe concedido o prazo de 30 (trinta) dias para liquidação de seu débito, acrescido dos encargos previstos no §3º do artigo 92.
Seção III		Seção III
Cancelamento de inscrição de Beneficiário		Cancelamento de inscrição de Beneficiário
Art. 20 – Será cancelada a inscrição de beneficiário:		Art. 20 – Será cancelada a inscrição de beneficiário:
I - do cônjuge, após a anulação do casamento, ou após a separação legal ou de fato, em que se torne expressa ou tácita a perda da percepção de alimentos, aplicando-se essa disposição também aos casos de separação entre companheiro e companheira;		I - do cônjuge, após a anulação do casamento, ou após a separação legal ou de fato, em que se torne expressa ou tácita a perda da percepção de alimentos, aplicando-se essa disposição também aos casos de separação entre companheiro e companheira;
II – do cônjuge, da companheira do participante ou do assistido ou do companheiro da participante ou da assistida que, por tempo superior a 2 (dois) anos, abandonar, sem justo motivo, a habitação comum;		II – do cônjuge, da companheira do participante ou do assistido ou do companheiro da participante ou da assistida que, por tempo superior a 2 (dois) anos, abandonar, sem justo motivo, a habitação comum;
III – do cônjuge, da companheira do participante ou do assistido ou do companheiro da participante ou da assistida que, mesmo com justo motivo, tenha deixado a habitação comum, por tempo superior a 2 (dois) anos e, no fim desse prazo, esteja hígido, válido e com idade inferior a 55 (cinquenta e cinco) anos;		III – do cônjuge, da companheira do participante ou do assistido ou do companheiro da participante ou da assistida que, mesmo com justo motivo, tenha deixado a habitação comum, por tempo superior a 2 (dois) anos e, no fim desse prazo, esteja hígido, válido e com idade inferior a 55 (cinquenta e cinco) anos;
IV - do cônjuge, da companheira do participante ou do assistido ou do companheiro da participante ou assistida que, tendo deixado a habitação comum, venha a perceber, de outras fontes, rendimento bruto mensal não inferior ao benefício mínimo pago pelo Regime Geral de Previdência Social;		IV - do cônjuge, da companheira do participante ou do assistido ou do companheiro da participante ou assistida que, tendo deixado a habitação comum, venha a perceber, de outras fontes, rendimento bruto mensal não inferior ao benefício mínimo pago pelo Regime Geral de Previdência Social;
V - dos filhos e enteados que perderem a condição justificadora da dependência econômica a que alude a alínea “b” do §1º do artigo 6º;		V - dos filhos e enteados que perderem a condição justificadora da dependência econômica a que alude a alínea “b” do §1º do artigo 6º;
VI – das pessoas inscritas como beneficiárias na forma das alíneas “c” ou “d” do §1º do artigo 6º, que, comprovadamente, tenham deixado de atender às condições justificadoras da dependência econômica referidas naqueles dispositivos.		VI – das pessoas inscritas como beneficiárias na forma das alíneas “c” ou “d” do §1º do artigo 6º, que, comprovadamente, tenham deixado de atender às condições justificadoras da dependência econômica referidas naqueles dispositivos.
CAPÍTULO III		CAPÍTULO III
Benefícios do Ceres-FlexCeres		Benefícios do Ceres-FlexCeres
Art. 21 – Os benefícios assegurados pelo Ceres-FlexCeres abrangem:		Art. 21 – Os benefícios assegurados pelo Ceres-FlexCeres abrangem:
I – Para os participantes:		I – Para os participantes:
a) aposentadoria programada, por meio de renda vitalícia;		a) aposentadoria programada, por meio de renda vitalícia;
b) aposentadoria por invalidez, por meio de renda vitalícia;		b) aposentadoria por invalidez, por meio de renda vitalícia;
c) auxílio-doença, por meio de renda temporária;		c) auxílio-doença, por meio de renda temporária;
II – Para os beneficiários:		II – Para os beneficiários:



REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
a) pensão por morte do participante, por meio de renda vitalícia ou temporária, na forma deste regulamento;		a) pensão por morte do participante, por meio de renda vitalícia ou temporária, na forma deste regulamento;
b) pensão por morte do aposentado, por meio de renda vitalícia ou temporária, na forma deste regulamento;		b) pensão por morte do aposentado, por meio de renda vitalícia ou temporária, na forma deste regulamento;
c) auxílio-reclusão, por meio de renda temporária;		c) auxílio-reclusão, por meio de renda temporária;
d) Pecúlio por morte, do participante ou do aposentado, por meio de pagamento à vista.		d) pecúlio por morte, do participante ou do aposentado, por meio de pagamento à vista.
CAPÍTULO IV		CAPÍTULO IV
Seção I		Seção I
Salário de participação		Salário de participação
Art. 22 – Salário de participação é o valor sobre o qual incidem as taxas de contribuição do participante, do Patrocinador e dos assistidos para o Ceres-FlexCeres.		Art. 22 – Salário de participação é o valor sobre o qual incidem as taxas de contribuição do participante, do Patrocinador e dos assistidos para o Ceres-FlexCeres.
§1º – No caso de participante e Patrocinador, o salário de participação é composto pelas parcelas que constituem a remuneração mensal do participante, sobre as quais incidem contribuição para o Regime Geral de Previdência Social, caso não exista qualquer limite superior de contribuição para esse Regime.		§1º – No caso de participante e Patrocinador, o salário de participação é composto pelas parcelas que constituem a remuneração mensal do participante, sobre as quais incidem contribuição para o Regime Geral de Previdência Social, caso não exista qualquer limite superior de contribuição para esse Regime.
§2º - No caso dos assistidos em gozo de qualquer aposentadoria, auxílio-doença, pensão ou auxílio-reclusão, o salário de participação será igual ao valor do benefício pago mensalmente.		§2º - No caso dos assistidos em gozo de qualquer aposentadoria, auxílio-doença, pensão ou auxílio-reclusão, o salário de participação será igual ao valor do benefício pago mensalmente.
Art. 23 - O salário de participação não poderá exceder o limite de 3 (três) vezes o Valor de Referência mencionado na seção II deste Capítulo.		Art. 23 - O salário de participação não poderá exceder o limite de 3 (três) vezes o Valor de Referência mencionado na seção II deste Capítulo.
§1º – O décimo terceiro salário será considerado como salário de participação isolado, referente ao mês de seu pagamento.		§1º – O décimo terceiro salário será considerado como salário de participação isolado, referente ao mês de seu pagamento.
§2º - No primeiro ano de inscrição do participante, a contribuição sobre o décimo terceiro salário será calculada com base no salário de participação do mês de dezembro, sendo proporcional a tantos 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses de contribuição no ano.		§2º - No primeiro ano de inscrição do participante, a contribuição sobre o décimo terceiro salário será calculada com base no salário de participação do mês de dezembro, sendo proporcional a tantos 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses de contribuição no ano.
§3º - No caso de rescisão de contrato de trabalho, a contribuição sobre o décimo terceiro salário será calculada com base no salário de participação referente ao mês do desligamento, sendo proporcional a tantos 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses de contribuição no ano.		§3º - No caso de rescisão de contrato de trabalho, a contribuição sobre o décimo terceiro salário será calculada com base no salário de participação referente ao mês do desligamento, sendo proporcional a tantos 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses de contribuição no ano.
Seção II		Seção II
Valor de Referência		Valor de Referência
Art. 24 - O Valor de Referência é o valor utilizado como um dos parâmetros para determinação da meta proposta de benefício programado pleno e dos benefícios decorrentes de doença, invalidez, detenção, reclusão ou morte, previstos no Ceres-FlexCeres.		Art. 24 - O Valor de Referência é o valor utilizado como um dos parâmetros para determinação da meta proposta de benefício programado pleno e dos benefícios decorrentes de doença, invalidez, detenção, reclusão ou morte, previstos no Ceres-FlexCeres.
§1º - O valor de referência de R\$ 2.104,50 (dois mil, cento e quatro Reais e cinquenta centavos), posicionado em 01 de junho de 2005, será reajustado no dia 01 de junho de cada ano pela variação do INPC no período		§1º - O valor de referência de R\$ 2.104,50 (dois mil, cento e quatro Reais e cinquenta centavos), posicionado em 01 de junho de 2005, será reajustado no dia 01 de junho de cada ano pela variação do INPC no período

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
compreendido entre o mês de maio do ano anterior e o mês de abril do ano em curso.		compreendido entre o mês de maio do ano anterior e o mês de abril do ano em curso.
§2 - Ocorrendo variação acumulada negativa do INPC, será observado o princípio da irredutibilidade do Valor de Referência.		§2 - Ocorrendo variação acumulada negativa do INPC, será observado o princípio da irredutibilidade do Valor de Referência.
Seção III		Seção III
Salário Real de Benefício		Salário Real de Benefício
Art. 25 - O salário real de benefício é o valor básico utilizado para cálculo dos benefícios decorrentes de doença, invalidez, detenção ou reclusão do participante, previstos no Ceres-FlexCeres.		Art. 25 - O salário real de benefício é o valor básico utilizado para cálculo dos benefícios decorrentes de doença, invalidez, detenção ou reclusão do participante, previstos no Ceres-FlexCeres.
Art. 26 - O salário real de benefício equivale a média aritmética simples dos últimos 12 (doze) salários de participação anteriores ao mês do início do benefício, corrigidos monetariamente pela variação do INPC, no período compreendido entre o mês de competência e o mês anterior ao do início do benefício.		Art. 26 - O salário real de benefício equivale a média aritmética simples dos últimos 12 (doze) salários de participação anteriores ao mês do início do benefício, corrigidos monetariamente pela variação do INPC, no período compreendido entre o mês de competência e o mês anterior ao do início do benefício.
§1º - Ocorrendo variação acumulada negativa do índice mencionado no caput, será observado o princípio da irredutibilidade do salário de participação.		§1º - Ocorrendo variação acumulada negativa do índice mencionado no caput, será observado o princípio da irredutibilidade do salário de participação.
§2º - Nos casos em que for admitida a concessão de benefício ao participante com menos de 12 (doze) salários de participação será considerado o mesmo salário real de benefício a que ele teria direito se tivesse sido contratado pelo Patrocinador no seu padrão salarial inicial nos 12 (doze) meses anteriores ao da concessão do benefício.		§2º - Nos casos em que for admitida a concessão de benefício ao participante com menos de 12 (doze) salários de participação será considerado o mesmo salário real de benefício a que ele teria direito se tivesse sido contratado pelo Patrocinador no seu padrão salarial inicial nos 12 (doze) meses anteriores ao da concessão do benefício.
§3º - O décimo terceiro salário não será considerado para efeito de cálculo da média a que se refere este artigo.		§3º - O décimo terceiro salário não será considerado para efeito de cálculo da média a que se refere este artigo.
CAPÍTULO V		CAPÍTULO V
Suplementação de Aposentadoria Programada		Suplementação de Aposentadoria Programada
Seção I		Seção I
Critérios Gerais de Concessão		Critérios Gerais de Concessão
Art. 27 - A aposentadoria programada será concedida ao participante que:		Art. 27 - A aposentadoria programada será concedida ao participante que:
I - a requerer;		I - a requerer;
II – comprovar a extinção do contrato de trabalho com o Patrocinador;		II - comprovar a extinção do contrato de trabalho com o Patrocinador;
III – tenha completado 60 (sessenta) meses de filiação ao Ceres-FlexCeres;		III - tenha completado 60 (sessenta) meses de filiação ao Ceres-FlexCeres;
Parágrafo único – Será reconhecido como tempo de filiação ao Ceres-FlexCeres o tempo de filiação ao Plano Básico Ceres e Plano Saldado-Ceres.		Parágrafo único – Será reconhecido como tempo de filiação ao Ceres-FlexCeres o tempo de filiação ao Plano Básico Ceres e Plano Saldado-Ceres.
Art. 28 - A data do início da aposentadoria programada será fixada:		Art. 28 - A data do início da aposentadoria programada será fixada:
I – Em relação aos participantes vinculados ao Patrocinador, a partir do dia seguinte ao da rescisão do contrato de trabalho ou a partir do protocolo do		I – Em relação aos participantes vinculados ao Patrocinador, a partir do dia seguinte ao da rescisão do contrato de trabalho ou a partir do protocolo do

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
requerimento válido, se entre a rescisão do contrato de trabalho e protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias.		requerimento válido, se entre a rescisão do contrato de trabalho e protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias.
II - Em relação a participante optante pelo autopatrocínio, a partir da data do protocolo do requerimento válido.		II - Em relação ao participante optante pelo autopatrocínio, a partir da data do protocolo do requerimento válido.
III – Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.		III – Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.
Seção II		Seção II
Cálculo e Manutenção		Cálculo e Manutenção
Art. 29 - A aposentadoria programada consiste no pagamento de uma renda mensal vitalícia reversível em suplementação de pensão, calculada atuarialmente com base no saldo da Conta Individual de Benefício Concedido, prevista no inciso VI do artigo 85.		Art. 29 - A aposentadoria programada consiste no pagamento de uma renda mensal vitalícia reversível em suplementação de pensão, calculada atuarialmente com base no saldo da Conta Individual de Benefício Concedido, prevista no inciso VI do artigo 85.
§1º - Será facultado ao participante receber à vista o valor equivalente a até 10% (dez por cento) do saldo da Conta Individual de Benefício Concedido antes de se proceder ao cálculo da suplementação da aposentadoria programada reduzindo-se o valor do benefício.		§1º - Será facultado ao participante receber à vista o valor equivalente a até 10% (dez por cento) do saldo da Conta Individual de Benefício Concedido antes de se proceder ao cálculo da suplementação da aposentadoria programada reduzindo-se o valor do benefício.
§2º - A faculdade prevista no parágrafo anterior será permitida uma única vez, na data do protocolo do requerimento da aposentadoria programada.		§2º - A faculdade prevista no parágrafo anterior será permitida uma única vez, na data do protocolo do requerimento da aposentadoria programada.
CAPÍTULO VI		CAPÍTULO VI
Pensão por Morte do aposentado		Pensão por Morte do aposentado
Seção I		Seção I
CrITÉrios Gerais de Concessão		CrITÉrios Gerais de Concessão
Art. 30 - A pensão do aposentado será concedida sob a forma de renda mensal ao conjunto de beneficiários inscritos que a requerer e comprovar a morte do aposentado, sendo devida a partir do dia seguinte ao óbito do assistido em gozo de qualquer aposentadoria prevista neste regulamento ou a partir do protocolo do requerimento válido, se entre o óbito e o protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias, observado o direito do menor inscrito a partir do óbito, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 95.		Art. 30 - A pensão do aposentado será concedida sob a forma de renda mensal ao conjunto de beneficiários inscritos que a requerer e comprovar a morte do aposentado, sendo devida a partir do dia seguinte ao óbito do assistido em gozo de qualquer aposentadoria prevista neste regulamento ou a partir do protocolo do requerimento válido, se entre o óbito e o protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias, observado o direito do menor inscrito a partir do óbito, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 95.
§ 1º - Para ter direito ao recebimento da pensão, a partir do óbito, o beneficiário menor terá o prazo de noventa dias para requerer o benefício, contados a partir da sua maioridade mencionada neste regulamento.		§ 1º - Para ter direito ao recebimento da pensão, a partir do óbito, o beneficiário menor terá o prazo de noventa dias para requerer o benefício, contados a partir da sua maioridade mencionada neste regulamento.
§ 2º - Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.		§ 2º - Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.
Seção II		Seção II
Cálculo		Cálculo
Art. 31 – O valor inicial da pensão a ser pago aos beneficiários do aposentado será de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do benefício que este vinha recebendo, vigente no mês anterior ao do óbito e		Art. 31 – O valor inicial da pensão a ser pago aos beneficiários do aposentado será de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do benefício que este vinha recebendo, vigente no mês anterior ao do óbito e

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
atualizado até esse o mês do pagamento, na forma prevista no artigo 78.		atualizado até esse o mês do pagamento, na forma prevista no artigo 78.
Seção III		Seção III
Manutenção		Manutenção
Art. 32 - A pensão por morte do aposentado será concedida aos beneficiários que a requererem.		Art. 32 - A pensão por morte do aposentado será concedida aos beneficiários que a requererem.
§1º – A Ceres não aguardará a solicitação de todos os beneficiários inscritos para iniciar o pagamento aos que requererem, mas reservará a parte dos que não requereram pelo prazo regulamentar de requerimento do benefício, inclusive quanto ao menor.		§1º - A Ceres não aguardará a solicitação de todos os beneficiários inscritos para iniciar o pagamento aos que requererem, mas reservará a parte dos que não requereram pelo prazo regulamentar de requerimento do benefício, inclusive quanto ao menor.
§2º – A inscrição do beneficiário em data posterior ao óbito, somente produzirá efeito a contar da data da referida inscrição, inclusive do menor.		§2º - A inscrição do beneficiário em data posterior ao óbito, somente produzirá efeito a contar da data da referida inscrição, inclusive do menor.
§3º - A pensão por morte, havendo mais de um beneficiário, será rateada entre todos em partes iguais.		§3º - A pensão por morte, havendo mais de um beneficiário, será rateada entre todos em partes iguais.
§4º – O cônjuge, companheiro ou companheira não terá direito à pensão por morte do aposentado se o casamento ou o início da união estável tiver ocorrido a menos de dois anos da data do óbito do aposentado.		§4º – O cônjuge, companheiro ou companheira não terá direito à pensão por morte do aposentado se o casamento ou o início da união estável tiver ocorrido a menos de dois anos da data do óbito do aposentado.
§5º - A restrição prevista no parágrafo anterior não terá validade caso o óbito do aposentado seja decorrente de acidente posterior ao casamento ou união estável, ou caso o cônjuge, companheiro ou companheira for considerado incapaz por doença ou acidente ocorrido após o casamento ou início da união estável e anterior ao óbito.		§5º - A restrição prevista no parágrafo anterior não terá validade caso o óbito do aposentado seja decorrente de acidente posterior ao casamento ou união estável, ou caso o cônjuge, companheiro ou companheira for considerado incapaz por doença ou acidente ocorrido após o casamento ou início da união estável e anterior ao óbito.
§6º - Não terá direito à pensão por morte do aposentado o beneficiário condenado pela prática direta ou indiretamente de crime doloso de que tenha resultado a morte do aposentado.		§6º - Não terá direito à pensão por morte do aposentado o beneficiário condenado pela prática direta ou indiretamente de crime doloso de que tenha resultado a morte do aposentado.
"§7º - O tempo de duração da pensão por morte devida ao cônjuge, companheiro ou companheira, será calculado de acordo com sua expectativa de sobrevida no momento do óbito assistido, conforme tabela abaixo:		"§7º - O tempo de duração da pensão por morte devida ao cônjuge, companheiro ou companheira, será calculado de acordo com sua expectativa de sobrevida no momento do óbito assistido, conforme tabela abaixo:
Expectativa de sobrevida - E(x) - em anos / Duração em anos		Expectativa de sobrevida - E(x) - em anos / Duração em anos
50 < E(x) 6		50 < E(x) 6
45 < E(x) =< 50 9		45 < E(x) =< 50 9
40 < E(x) =< 45 12		40 < E(x) =< 45 12
Ex =< 40 vitalícia"		Ex =< 40 vitalícia"
§8º - Para efeito do disposto no §7º, a expectativa de sobrevida será obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral, avaliada atuarialmente e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da Ceres, vigente no momento do óbito do assistido.		§8º - Para efeito do disposto no §7º, a expectativa de sobrevida será obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral, avaliada atuarialmente e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da Ceres, vigente no momento do óbito do assistido.
§9º O direito à pensão se extingue para o beneficiário, na ocorrência de qualquer condição prevista no artigo 20.		§9º O direito à pensão se extingue para o beneficiário, na ocorrência de qualquer condição prevista no artigo 20.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§10º - A exclusão de qualquer beneficiário não reduz o percentual da pensão, que continuará sendo paga aos beneficiários remanescentes.		§10º - A exclusão de qualquer beneficiário não reduz o percentual da pensão, que continuará sendo paga aos beneficiários remanescentes.
CAPÍTULO VII		CAPÍTULO VII
Auxílio-doença		Auxílio-doença
Seção I		Seção I
Critérios Gerais de Concessão		Critérios Gerais de Concessão
Art. 33 - O auxílio-doença será concedido ao participante que a requerer com pelo menos 12 (doze) meses de contribuição para o Ceres-FlexCeres e comprovar a concessão de benefício similar pelo Regime Geral de Previdência Social.		Art. 33 - O auxílio-doença será concedido ao participante que a requerer com pelo menos 12 (doze) meses de contribuição para o Ceres-FlexCeres e comprovar a concessão de benefício similar pelo Regime Geral de Previdência Social.
§1º- O período de contribuição referido no caput não será exigido quando o afastamento for motivado por acidente de qualquer natureza ou causa, inclusive acidente do trabalho		§1º- O período de contribuição referido no caput não será exigido quando o afastamento for motivado por acidente de qualquer natureza ou causa, inclusive acidente do trabalho
§2º - O pagamento do auxílio-doença será mantido enquanto for mantido o auxílio-doença pelo Regime Geral de Previdência Social.		§2º - O pagamento do auxílio-doença será mantido enquanto for mantido o auxílio-doença pelo Regime Geral de Previdência Social.
§3º - O auxílio-doença também será concedido ao participante que, estando aposentado por outra espécie de benefício no Regime Geral da Previdência Social ou em outro regime público de previdência, comprove a incapacidade para o trabalho mediante perícia médica indicada ou aceita pela Ceres.		§3º - O auxílio-doença também será concedido ao participante que, estando aposentado por outra espécie de benefício no Regime Geral da Previdência Social ou em outro regime público de previdência, comprove a incapacidade para o trabalho mediante perícia médica indicada ou aceita pela Ceres.
Seção II		Seção II
Cálculos e Manutenção		Cálculos e Manutenção
Art. 34 - O valor do auxílio-doença será o menor dentre os obtidos pelas regras dos incisos I e II, considerando o previsto nos parágrafos 1º e 2º:		Art. 34 - O valor do auxílio-doença será o menor dentre os obtidos pelas regras dos incisos I e II, considerando o previsto nos parágrafos 1º e 2º:
I – Para fins de mensuração do auxílio-doença, o valor escolhido pelo participante como meta de aposentadoria programada será calculado somente com base nas contribuições normais previstas nas alíneas “a” e “c” do inciso I do artigo 80.		I – Para fins de mensuração do auxílio-doença, o valor escolhido pelo participante como meta de aposentadoria programada será calculado somente com base nas contribuições normais previstas nas alíneas “a” e “c” do inciso I do artigo 80.
II – A diferença entre o salário de participação do participante e o Valor de Referência.		II – A diferença entre o salário de participação do participante e o Valor de Referência.
§1º – Para o cálculo da meta do participante, mencionado no inciso I deste artigo, cuja idade de aposentadoria prevista no ato da inscrição for superior aos 60 anos, o prazo de 15 (quinze) anos de contribuição ao plano será reduzido em 1 (um) ano para cada ano excedente aos 60 anos de idade, respeitando o tempo mínimo de 5 (cinco) anos de contribuição ao plano.		§1º – Para o cálculo da meta do participante, mencionado no inciso I deste artigo, cuja idade de aposentadoria prevista no ato da inscrição for superior aos 60 anos, o prazo de 15 (quinze) anos de contribuição ao plano será reduzido em 1 (um) ano para cada ano excedente aos 60 anos de idade, respeitando o tempo mínimo de 5 (cinco) anos de contribuição ao plano.
§2º - A diferença apurada no inciso II não será inferior a 20% (vinte por cento) do salário de participação do participante ou 20% (vinte por cento) do Valor de Referência, o que for menor.		§2º - A diferença apurada no inciso II não será inferior a 20% (vinte por cento) do salário de participação do participante ou 20% (vinte por cento) do Valor de Referência, o que for menor.
§3º - No caso do participante inscrito no plano Básico-Ceres, deverá ser acrescido o valor do seu benefício programado saldado ao valor da meta referida no inciso I, deste artigo, para fins de cálculo do		§3º - No caso do participante inscrito no plano Básico-Ceres, deverá ser acrescido o valor do seu benefício programado saldado ao valor da meta referida no inciso I, deste artigo, para fins de cálculo do

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
auxílio-doença, uma vez que o referido plano não tem o respectivo benefício de auxílio-doença saldato.		auxílio-doença, uma vez que o referido plano não tem o respectivo benefício de auxílio-doença saldato.
Art. 35 - A data do início do auxílio-doença será fixada:		Art. 35 - A data do início do auxílio-doença será fixada:
I – Em relação aos participantes vinculados ao Patrocinador, na mesma data da concessão do benefício pelo Regime Geral de Previdência Social ou a partir da entrada do protocolo do requerimento válido, se entre a concessão do benefício pelo regime público de previdência e o protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias;		I – Em relação aos participantes vinculados ao Patrocinador, na mesma data da concessão do benefício pelo Regime Geral de Previdência Social ou a partir da entrada do protocolo do requerimento válido, se entre a concessão do benefício pelo regime público de previdência e o protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias;
II – Em relação aos participantes nos demais casos, a partir do dia da efetiva comprovação da incapacidade ou a partir do protocolo do requerimento válido, se entre a data da incapacidade e do protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias.		II – Em relação aos participantes nos demais casos, a partir do dia da efetiva comprovação da incapacidade ou a partir do protocolo do requerimento válido, se entre a data da incapacidade e do protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias.
Parágrafo §1º - O auxílio-doença será mantido enquanto, a juízo da Ceres, o participante permanecer incapacitado para o exercício profissional, ficando ele obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exames, tratamentos e processos de reabilitação indicados pela Ceres, exceto o tratamento cirúrgico, que lhe será facultativo.		Parágrafo §1º - O auxílio-doença será mantido enquanto, a juízo da Ceres, o participante permanecer incapacitado para o exercício profissional, ficando ele obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exames, tratamentos e processos de reabilitação indicados pela Ceres, exceto o tratamento cirúrgico, que lhe será facultativo.
§2º– Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.		§2º– Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.
CAPÍTULO VIII		CAPÍTULO VIII
Aposentadoria por Invalidez		Aposentadoria por Invalidez
Seção I		Seção I
Requisitos		Requisitos
Art. 36 - A aposentadoria por invalidez consiste no pagamento de renda mensal, reversível em pensão por morte, que será concedida ao participante que atender cumulativamente às seguintes condições:		Art. 36 - A aposentadoria por invalidez consiste no pagamento de renda mensal, reversível em pensão por morte, que será concedida ao participante que atender cumulativamente às seguintes condições:
I – ter solicitado a aposentadoria por invalidez, por meio de requerimento específico firmado pelo participante ou representante aceito pela Ceres;		I – ter solicitado a aposentadoria por invalidez, por meio de requerimento específico firmado pelo participante ou representante aceito pela Ceres;
II – comprovar a concessão da aposentadoria por invalidez pelo Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência;		II – comprovar a concessão da aposentadoria por invalidez pelo Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência;
III – comprovar a invalidez para fins de pagamento da indenização do capital segurado, a ser feito pela Seguradora à Ceres.		III – comprovar a invalidez para fins de pagamento da indenização do capital segurado, a ser feito pela Seguradora à Ceres.
§1º - A aposentadoria por invalidez também será concedida ao participante que, estando aposentado por outra espécie de benefício no Regime Geral da Previdência Social ou em outro regime público de previdência, comprove a incapacidade para o trabalho mediante perícia médica indicada ou aceita pela Ceres.		§1º - A aposentadoria por invalidez também será concedida ao participante que, estando aposentado por outra espécie de benefício no Regime Geral da Previdência Social ou em outro regime público de previdência, comprove a incapacidade para o trabalho mediante perícia médica indicada ou aceita pela Ceres.
§2º - O item III não é requisito para a concessão do benefício, mas para uma indenização, plena ou parcial, ou não do capital segurado a ser feita pela Seguradora à Ceres, considerando que poderá existir saldo na conta individual de benefício concedido, independentemente da referida indenização.		§2º - O item III não é requisito para a concessão do benefício, mas para uma indenização, plena ou parcial, ou não do capital segurado a ser feita pela Seguradora à Ceres, considerando que poderá existir saldo na conta individual de benefício concedido, independentemente da referida indenização.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Seção II		Seção II
Do Cálculo do Capital a ser Segurado		Do Cálculo do Capital a ser Segurado
Art. 37 - Para que o valor da aposentadoria por invalidez, calculado de acordo com o artigo 39 , tenha cobertura a qualquer tempo pelo valor previsto no artigo 38, é necessário que a Ceres forneça à Seguradora o capital financeiro a ser segurado.		Art. 37 - Para que o valor da aposentadoria por invalidez, calculado de acordo com o artigo 39 , tenha cobertura a qualquer tempo pelo valor previsto no artigo 38, é necessário que a Ceres forneça à Seguradora o capital financeiro a ser segurado.
§1º - O capital financeiro a ser segurado será a diferença entre o capital financeiro necessário para o pagamento vitalício da renda prevista no artigo 38 e o saldo das contas individuais previstas nos incisos I a III do artigo 85.		§1º - O capital financeiro a ser segurado será a diferença entre o capital financeiro necessário para o pagamento vitalício da renda prevista no artigo 38 e o saldo das contas individuais previstas nos incisos I a III do artigo 85.
§2º - O capital financeiro a ser segurado será atualizado pela Ceres junto à Seguradora, em periodicidade mínima que possibilite manter o capital financeiro segurado o mais atualizado possível.		§2º - O capital financeiro a ser segurado será atualizado pela Ceres junto à Seguradora, em periodicidade mínima que possibilite manter o capital financeiro segurado o mais atualizado possível.
Seção III		Seção III
Da Referência do Cálculo do Benefício		Da Referência do Cálculo do Benefício
Art. 38 - Para fins de referência do cálculo do capital a ser segurado, conforme artigo 37, o valor da aposentadoria por invalidez será o menor dentre os incisos I e II, considerando o previsto nos parágrafos 1º e 2º:		Art. 38 - Para fins de referência do cálculo do capital a ser segurado, conforme artigo 37, o valor da aposentadoria por invalidez será o menor dentre os incisos I e II, considerando o previsto nos parágrafos 1º e 2º:
I – Para fins de mensuração da aposentadoria por invalidez, o valor escolhido pelo participante como meta de aposentadoria programada será calculado somente com base nas contribuições normais previstas nas alíneas “a” e “c” do inciso I do artigo 80.		I – Para fins de mensuração da aposentadoria por invalidez, o valor escolhido pelo participante como meta de aposentadoria programada será calculado somente com base nas contribuições normais previstas nas alíneas “a” e “c” do inciso I do artigo 80.
II – A diferença entre o salário de participação do participante e o Valor de Referência.		II – A diferença entre o salário de participação do participante e o Valor de Referência.
§1º – Para o cálculo da meta do participante, mencionado no inciso I deste artigo, cuja idade de aposentadoria prevista no ato da inscrição for superior aos 60 anos, o prazo de 15 (quinze) anos de contribuição ao plano será reduzido em 1 (um) ano para cada ano excedente aos 60 anos de idade, respeitando o tempo mínimo de 5 (cinco) anos de contribuição ao plano.		§1º – Para o cálculo da meta do participante, mencionado no inciso I deste artigo, cuja idade de aposentadoria prevista no ato da inscrição for superior aos 60 anos, o prazo de 15 (quinze) anos de contribuição ao plano será reduzido em 1 (um) ano para cada ano excedente aos 60 anos de idade, respeitando o tempo mínimo de 5 (cinco) anos de contribuição ao plano.
§2º - A diferença apurada no inciso II não será inferior a 20% (vinte por cento) do salário de participação do participante ou 20% (vinte por cento) do Valor de Referência, o que for menor.		§2º - A diferença apurada no inciso II não será inferior a 20% (vinte por cento) do salário de participação do participante ou 20% (vinte por cento) do Valor de Referência, o que for menor.
Seção IV		Seção IV
Do Cálculo na Concessão do Benefício		Do Cálculo na Concessão do Benefício
Art. 39 - O valor da aposentadoria por invalidez será o valor da renda mensal e vitalícia, reversível em pensão por morte, calculado atuarialmente de acordo com a conversão do saldo da conta individual de benefício concedido do participante, previsto no inciso VI do artigo 85 .		Art. 39 - O valor da aposentadoria por invalidez será o valor da renda mensal e vitalícia, reversível em pensão por morte, calculado atuarialmente de acordo com a conversão do saldo da conta individual de benefício concedido do participante, previsto no inciso VI do artigo 85 .
§1º - A aposentadoria por invalidez, mencionada no “caput”, poderá ser concedida a título de antecipação, com base no saldo existente da conta individual de benefício concedido.		§1º - A aposentadoria por invalidez, mencionada no “caput”, poderá ser concedida a título de antecipação, com base no saldo existente da conta individual de benefício concedido.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§2º – Havendo ingresso de valor na conta individual mencionada no caput será recalculado o benefício, com base no novo saldo.		§2º – Havendo ingresso de valor na conta individual mencionada no caput será recalculado o benefício, com base no novo saldo.
§3º - Se o valor mensal da aposentadoria por invalidez for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência vigente, o aposentado receberá à vista o saldo da conta individual de benefício concedido, devidamente atualizado, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento, devendo a Ceres comunicar ao aposentado e aos seus beneficiários o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.		§3º - Se o valor mensal da aposentadoria por invalidez for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência vigente, o aposentado receberá à vista o saldo da conta individual de benefício concedido, devidamente atualizado, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento, devendo a Ceres comunicar ao aposentado e aos seus beneficiários o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.
Art. 40 - Será facultado ao participante que tiver cumprido as condições para requerer a aposentadoria por invalidez, receber à vista o valor equivalente até 10% (dez por cento) do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso VI do artigo 85, com o consequente recálculo do valor do benefício com base no saldo remanescente.		Art. 40 - Será facultado ao participante que tiver cumprido as condições para requerer a aposentadoria por invalidez, receber à vista o valor equivalente até 10% (dez por cento) do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso VI do artigo 85, com o consequente recálculo do valor do benefício com base no saldo remanescente.
§1º - A faculdade prevista no “caput” será permitida uma única vez, na data do protocolo do requerimento da aposentadoria por invalidez, desde que já tenha sido finalizada a avaliação da Seguradora referente ao pagamento de indenização do capital segurado.		§1º - A faculdade prevista no “caput” será permitida uma única vez, na data do protocolo do requerimento da aposentadoria por invalidez, desde que já tenha sido finalizada a avaliação da Seguradora referente ao pagamento de indenização do capital segurado.
§2º - Se no recálculo mencionado no “caput”, o valor mensal da aposentadoria por invalidez for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência vigente, o aposentado irá receber à vista o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com a cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.		§2º - Se no recálculo mencionado no “caput”, o valor mensal da aposentadoria por invalidez for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência vigente, o aposentado irá receber à vista o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com a cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.
§3º - Caso ocorra a situação mencionada no parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar ao aposentado e aos seus beneficiários, o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.		§3º - Caso ocorra a situação mencionada no parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar ao aposentado e aos seus beneficiários, o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.
Seção V		Seção V
Do Início do Benefício		Do Início do Benefício
Art. 41 - A data do início da aposentadoria por invalidez será fixada a partir do dia da vigência da invalidez constatada em laudo médico, aceito pela Seguradora para efeitos de indenização, e pela Ceres para fins de concessão e pela patrocinadora para fins de suspensão do contrato de trabalho, ou a partir do protocolo do requerimento válido, se entre o início da vigência da invalidez e a data do protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias.		Art. 41 - A data do início da aposentadoria por invalidez será fixada a partir do dia da vigência da invalidez constatada em laudo médico, aceito pela Seguradora para efeitos de indenização, e pela Ceres para fins de concessão e pela patrocinadora para fins de suspensão do contrato de trabalho, ou a partir do protocolo do requerimento válido, se entre o início da vigência da invalidez e a data do protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias.
Parágrafo Único – Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.		Parágrafo Único – Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.
Seção VI		Seção VI
Da Manutenção do Benefício		Da Manutenção do Benefício
Art. 42 - A aposentadoria por invalidez será paga enquanto o aposentado estiver com o seu contrato de		Art. 42 - A aposentadoria por invalidez será paga enquanto o aposentado estiver com o seu contrato de



REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
trabalho suspenso junto ao Patrocinador, por conta da invalidez que gerou a concessão dessa aposentadoria.		trabalho suspenso junto ao Patrocinador, por conta da invalidez que gerou a concessão dessa aposentadoria.
Art. 43 – Na hipótese do aposentado voltar às suas atividades laborais no Patrocinador a renda de invalidez que vinha sendo paga será cancelada, retornando à situação de participante e ficará sujeito às seguintes regras:		Art. 43 – Na hipótese do aposentado voltar às suas atividades laborais no Patrocinador a renda de invalidez que vinha sendo paga será cancelada, retornando à situação de participante e ficará sujeito às seguintes regras:
I - Caso o motivo do cancelamento seja por reabilitação profissional, a Ceres fará a recomposição do saldo das contas, considerando o saldo das contas da época da concessão e as devidas amortizações em função do pagamento dos benefícios.		I - Caso o motivo do cancelamento seja por reabilitação profissional, a Ceres fará a recomposição do saldo das contas, considerando o saldo das contas da época da concessão e as devidas amortizações em função do pagamento dos benefícios.
II - As contribuições do participante e do Patrocinador voltam a ser devidas a partir da data da reintegração do empregado ao quadro funcional do Patrocinador.		II - As contribuições do participante e do Patrocinador voltam a ser devidas a partir da data da reintegração do empregado ao quadro funcional do Patrocinador.
III– Caso o motivo do cancelamento seja por fraude ou erro procedimental devidamente comprovado, o aposentado devolverá à Ceres os valores dos benefícios recebidos, devidamente corrigidos e remunerados, de forma que a Ceres tenha condições de devolver, sem ônus para o plano, o mesmo valor recebido da Seguradora no ato da indenização, para a devida recomposição do saldo das contas. Nos casos de cancelamento de benefício por fraude, o valor a ser devolvido pelo participante também será devidamente corrigido, remunerado e acrescido de juros moratórios.		III– Caso o motivo do cancelamento seja por fraude ou erro procedimental devidamente comprovado, o aposentado devolverá à Ceres os valores dos benefícios recebidos, devidamente corrigidos e remunerados, de forma que a Ceres tenha condições de devolver, sem ônus para o plano, o mesmo valor recebido da Seguradora no ato da indenização, para a devida recomposição do saldo das contas. Nos casos de cancelamento de benefício por fraude, o valor a ser devolvido pelo participante também será devidamente corrigido, remunerado e acrescido de juros moratórios.
IV - Caso o participante tenha sua reintegração ao seguro negada pela Seguradora, este permanecerá no plano ficando isento da contribuição específica para o risco. Neste caso a cobertura dos benefícios de risco será feita exclusivamente por meio do saldo das contas individuais previstas nos incisos de I a III do artigo 85 .		IV - Caso o participante tenha sua reintegração ao seguro negada pela Seguradora, este permanecerá no plano ficando isento da contribuição específica para o risco. Neste caso a cobertura dos benefícios de risco será feita exclusivamente por meio do saldo das contas individuais previstas nos incisos de I a III do artigo 85 .
CAPÍTULO IX		CAPÍTULO IX
Pensão por Morte do Participante		Pensão por Morte do Participante
Seção I		Seção I
Crerios Gerais de Concessão		Crerios Gerais de Concessão
Art. 44 - A pensão por morte do participante será concedida sob a forma de renda mensal ao conjunto de beneficiários inscritos que a requerer, sendo devida a partir do dia seguinte ao óbito do participante ou a partir do protocolo do requerimento válido, se entre o óbito e o protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias, observado o direito do menor inscrito a partir do óbito, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 95.		Art. 44 - A pensão por morte do participante será concedida sob a forma de renda mensal ao conjunto de beneficiários inscritos que a requerer, sendo devida a partir do dia seguinte ao óbito do participante ou a partir do protocolo do requerimento válido, se entre o óbito e o protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias, observado o direito do menor inscrito a partir do óbito, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 95.
§ 1º - Para ter direito ao benefício a partir do óbito, o beneficiário menor terá o prazo de noventa dias para requerer a pensão por morte, contados a partir da sua maioria mencionada neste Regulamento.		§ 1º - Para ter direito ao benefício a partir do óbito, o beneficiário menor terá o prazo de noventa dias para requerer a pensão por morte, contados a partir da sua maioria mencionada neste Regulamento.
§ 2º – Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.		§ 2º – Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.
Seção II		Seção II
Cálculo e Manutenção		Cálculo e Manutenção

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Art. 45 – O valor inicial da pensão por morte do participante será de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor hipotético da suplementação da aposentadoria por invalidez a que o participante teria direito na data do óbito, calculada na forma prevista nos artigos 37, 38 e 39.		Art. 45 – O valor inicial da pensão por morte do participante será de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor hipotético da suplementação da aposentadoria por invalidez a que o participante teria direito na data do óbito, calculada na forma prevista nos artigos 37, 38 e 39.
Seção III		Seção III
Manutenção		Manutenção
Art. 46 - A pensão por morte do participante será concedida aos beneficiários que a requererem.		Art. 46 - A pensão por morte do participante será concedida aos beneficiários que a requererem.
§1º – A Ceres não aguardará a solicitação de todos os beneficiários inscritos para iniciar o pagamento aos que requererem, mas reservará a parte dos que não requereram pelo prazo regulamentar de requerimento do benefício, inclusive quanto ao menor.		§1º – A Ceres não aguardará a solicitação de todos os beneficiários inscritos para iniciar o pagamento aos que requererem, mas reservará a parte dos que não requereram pelo prazo regulamentar de requerimento do benefício, inclusive quanto ao menor.
§2º – A inscrição do beneficiário posterior ao óbito, somente produzirá efeito a contar da data da referida inscrição, inclusive do menor.		§2º – A inscrição do beneficiário posterior ao óbito, somente produzirá efeito a contar da data da referida inscrição, inclusive do menor.
§3º - Havendo mais de um beneficiário, a pensão por morte do participante, será rateada entre todos em partes iguais.		§3º - Havendo mais de um beneficiário, a pensão por morte do participante, será rateada entre todos em partes iguais.
§4º – O cônjuge, companheiro ou companheira não terá direito à pensão por morte do participante se o casamento ou o início da união estável tiver ocorrido a menos de dois anos da data do óbito do participante.		§4º – O cônjuge, companheiro ou companheira não terá direito à pensão por morte do participante se o casamento ou o início da união estável tiver ocorrido a menos de dois anos da data do óbito do participante.
§5º - A restrição prevista no parágrafo anterior não terá validade caso o óbito do participante seja decorrente de acidente posterior ao casamento ou união estável, ou caso o cônjuge, companheiro ou companheira for considerado incapaz por doença ou acidente ocorrido após o casamento ou início da união estável e anterior ao óbito.		§5º - A restrição prevista no parágrafo anterior não terá validade caso o óbito do participante seja decorrente de acidente posterior ao casamento ou união estável, ou caso o cônjuge, companheiro ou companheira for considerado incapaz por doença ou acidente ocorrido após o casamento ou início da união estável e anterior ao óbito.
§6º - Não terá direito à pensão por morte do participante o beneficiário condenado pela prática direta ou indireta de crime doloso de que tenha resultado a morte do participante.		§6º - Não terá direito à pensão por morte do participante o beneficiário condenado pela prática direta ou indireta de crime doloso de que tenha resultado a morte do participante.
"§7º - O tempo de duração da pensão por morte do participante devida ao cônjuge, companheiro ou companheira, será calculado de acordo com sua expectativa de sobrevida no momento do óbito do participante, conforme tabela abaixo:		§7º - O tempo de duração da pensão por morte do participante devida ao cônjuge, companheiro ou companheira, será calculado de acordo com sua expectativa de sobrevida no momento do óbito do participante, conforme tabela abaixo:
Expectativa de sobrevida - E(x) - em anos / Duração em anos		Expectativa de sobrevida - E(x) - em anos / Duração em anos
50 < E(x) 6		50 < E(x) 6
45 < E(x) =< 50 9		45 < E(x) =< 50 9
40 < E(x) =< 45 12		40 < E(x) =< 45 12
Ex =< 40 vitalícia"		Ex =< 40 vitalícia"
§8º - Para efeito do disposto no §7º, a expectativa de sobrevida será obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral, avaliada atuarialmente e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da Ceres, vigente no momento do óbito do participante.		§8º - Para efeito do disposto no §7º, a expectativa de sobrevida será obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral, avaliada atuarialmente e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da Ceres, vigente no momento do óbito do participante.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§9º - A pensão se extingue para o beneficiário na ocorrência de qualquer condição prevista no artigo 20.		§9º - A pensão se extingue para o beneficiário na ocorrência de qualquer condição prevista no artigo 20.
§10º - A exclusão de qualquer beneficiário não reduz o valor da pensão, que continuará sendo paga aos beneficiários remanescentes.		§10º - A exclusão de qualquer beneficiário não reduz o valor da pensão, que continuará sendo paga aos beneficiários remanescentes.
CAPÍTULO X		CAPÍTULO X
Auxílio-reclusão		Auxílio-reclusão
Seção I		Seção I
Critérios Gerais de Concessão		Critérios Gerais de Concessão
Art. 47 - O auxílio-reclusão será concedido sob a forma de renda mensal ao conjunto de beneficiários do participante detido ou recluso que não esteja sendo remunerado pelo Patrocinador.		Art. 47 - O auxílio-reclusão será concedido sob a forma de renda mensal ao conjunto de beneficiários do participante detido ou recluso que não esteja sendo remunerado pelo Patrocinador.
Art. 48 - O auxílio-reclusão será concedido mediante requerimento válido dos beneficiários, com vigência a partir da data do recolhimento prisional do participante, comprovado por declaração firmada pela autoridade policial competente e mantido enquanto vigorar a detenção ou reclusão, ou a partir do protocolo do requerimento válido, se entre o recolhimento prisional e o protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias.		Art. 48 - O auxílio-reclusão será concedido mediante requerimento válido dos beneficiários, com vigência a partir da data do recolhimento prisional do participante, comprovado por declaração firmada pela autoridade policial competente e mantido enquanto vigorar a detenção ou reclusão, ou a partir do protocolo do requerimento válido, se entre o recolhimento prisional e o protocolo do requerimento decorrerem mais de noventa dias.
§ 1º – Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.		§ 1º – Por requerimento válido entende-se aquele devidamente preenchido, assinado e acompanhado dos documentos comprobatórios inerentes ao benefício.
"§ 2º - O tempo de duração do auxílio-reclusão devido ao cônjuge, companheiro ou companheira, será calculado de acordo com sua expectativa de sobrevida no momento da detenção ou reclusão do participante, conforme tabela abaixo:		§ 2º - O tempo de duração do auxílio-reclusão devido ao cônjuge, companheiro ou companheira, será calculado de acordo com sua expectativa de sobrevida no momento da detenção ou reclusão do participante, conforme tabela abaixo:
Expectativa de sobrevida - E(x) - em anos / Duração em anos		Expectativa de sobrevida - E(x) - em anos / Duração em anos
50 < E(x) máx.6		50 < E(x) máx.6
45 < E(x) =< 50 máx.9		45 < E(x) =< 50 máx.9
40 < E(x) =< 45 máx.12		40 < E(x) =< 45 máx.12
Ex =< 40 Enquanto durar a prisão"		Ex =< 40 Enquanto durar a prisão"
§ 3º - Para efeito do disposto no § 2º, a expectativa de sobrevida será obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral, avaliada atuarialmente e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da Ceres, vigente no momento da reclusão ou detenção do participante.		§ 3º - Para efeito do disposto no § 2º, a expectativa de sobrevida será obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral, avaliada atuarialmente e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da Ceres, vigente no momento da reclusão ou detenção do participante.
Seção II		Seção II
Cálculo e Manutenção		Cálculo e Manutenção
Art. 49 – O valor inicial do auxílio-reclusão corresponde a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor hipotético do auxílio-doença a que o participante teria direito na data da detenção ou reclusão, calculada na forma prevista no artigo 34.		Art. 49 – O valor inicial do auxílio-reclusão corresponde a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor hipotético do auxílio-doença a que o participante teria direito na data da detenção ou reclusão, calculada na forma prevista no artigo 34.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§1º - Ocorrendo o falecimento do detido ou recluso, o auxílio-reclusão será convertido em Pensão, pelo mesmo valor, mediante comprovação do óbito e requerimento dos beneficiários.		§1º - Ocorrendo o falecimento do detido ou recluso, o auxílio-reclusão será convertido em Pensão, pelo mesmo valor, mediante comprovação do óbito e requerimento dos beneficiários.
§2 - Para os efeitos de manutenção do auxílio-reclusão, será obrigatória a apresentação, pelos beneficiários, de declaração trimestral da continuidade da condição de presidiário, firmada pela autoridade policial competente.		§2 - Para os efeitos de manutenção do auxílio-reclusão, será obrigatória a apresentação, pelos beneficiários, de declaração trimestral da continuidade da condição de presidiário, firmada pela autoridade policial competente.
§3 - O descumprimento da exigência a que se refere o parágrafo anterior acarreta a suspensão do pagamento do benefício.		§3 - O descumprimento da exigência a que se refere o parágrafo anterior acarreta a suspensão do pagamento do benefício.
§4º - O direito ao auxílio-reclusão se extingue para o beneficiário, nas condições fixadas no artigo 20.		§4º - O direito ao auxílio-reclusão se extingue para o beneficiário, nas condições fixadas no artigo 20.
§5º - A exclusão de qualquer beneficiário não reduz o valor do auxílio reclusão, que continuará sendo pago ao grupo remanescente.		§5º - A exclusão de qualquer beneficiário não reduz o valor do auxílio reclusão, que continuará sendo pago ao grupo remanescente.
§6º - A libertação do detento ou recluso sem a extinção do contrato de trabalho com o Patrocinador, implicará na continuidade da sua inscrição no Ceres-FlexCeres.		§6º - A libertação do detento ou recluso sem a extinção do contrato de trabalho com o Patrocinador, implicará na continuidade da sua inscrição no Ceres-FlexCeres.
§7º - Ocorrendo a libertação do detento ou recluso cujo contrato de trabalho com o Patrocinador tenha sido extinto, a ele será facultado optar pelo Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade ou Resgate, observadas as regras pertinentes previstas no Capítulo XIII do Título III XVI.		§7º - Ocorrendo a libertação do detento ou recluso cujo contrato de trabalho com o Patrocinador tenha sido extinto, a ele será facultado optar pelo Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade ou Resgate, observadas as regras pertinentes previstas no Capítulo XIII do Título III XVI.
CAPÍTULO XI		CAPÍTULO XI
Pecúlio Por Morte		Pecúlio Por Morte
Seção I		Seção I
Requisitos		Requisitos
Art. 50 – O pecúlio por morte do participante ou do aposentado será concedido aos beneficiários, na ausência desse grupo, aos designados, na ausência desse outro grupo, aos herdeiros legais, que:		Art. 50 – O pecúlio por morte do participante ou do aposentado será concedido aos beneficiários, na ausência desse grupo, aos designados, na ausência desse outro grupo, aos herdeiros legais, que:
I – o requererem, podendo esse requerimento ser feito por representantes aceitos pela Ceres;		I – o requererem, podendo esse requerimento ser feito por representantes aceitos pela Ceres;
II – comprovarem a condição de beneficiários ou de designados ou de herdeiros legais, de acordo com as regras do regulamento;		II – comprovarem a condição de beneficiários ou de designados ou de herdeiros legais, de acordo com as regras do regulamento;
III - comprovarem o óbito do participante ou do assistido junto à Ceres;		III - comprovarem o óbito do participante ou do assistido junto à Ceres;
IV - comprovarem o óbito do participante para fins de pagamento da indenização do capital segurado a ser feita pela Seguradora à Ceres.		IV - comprovarem o óbito do participante para fins de pagamento da indenização do capital segurado a ser feita pela Seguradora à Ceres.
§1º - O item IV não é requisito para a concessão do benefício, e sim requisito para uma avaliação visando o pagamento da indenização ou não do capital segurado a ser feito pela Seguradora à Ceres.		§1º - O item IV não é requisito para a concessão do benefício, e sim requisito para uma avaliação visando o pagamento da indenização ou não do capital segurado a ser feito pela Seguradora à Ceres.
§2º - Os beneficiários, ou demais pessoas mencionadas no caput, ficam obrigados a fornecer as informações relativas ao óbito do participante solicitadas pela Seguradora.		§2º - Os beneficiários, ou demais pessoas mencionadas no caput, ficam obrigados a fornecer as informações relativas ao óbito do participante solicitadas pela Seguradora.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§3º - Aplicam-se as regras referente à pensão, no que couber.		§3º - Aplicam-se as regras referente à pensão, no que couber.
Seção II		Seção II
Cálculo do Capital a ser Segurado		Cálculo do Capital a ser Segurado
Art. 51 – Para que o valor do pecúlio por morte do participante, calculado de acordo com o artigo 53, tenha cobertura a qualquer tempo pelo valor previsto no artigo 52, é necessário a Ceres fornecer à Seguradora o capital financeiro a ser segurado para fins de pecúlio por morte.		Art. 51 – Para que o valor do pecúlio por morte do participante, calculado de acordo com o artigo 53, tenha cobertura a qualquer tempo pelo valor previsto no artigo 52, é necessário a Ceres fornecer à Seguradora o capital financeiro a ser segurado para fins de pecúlio por morte.
Parágrafo Único - O capital financeiro a ser segurado será atualizado pela Ceres junto à Seguradora, em periodicidade mínima que possibilite manter o capital financeiro segurado o mais atualizado possível.		Parágrafo Único - O capital financeiro a ser segurado será atualizado pela Ceres junto à Seguradora, em periodicidade mínima que possibilite manter o capital financeiro segurado o mais atualizado possível.
Seção III		Seção III
Referência do Cálculo do Benefício		Referência do Cálculo do Benefício
Art. 52 - Para fins de referência do cálculo do capital a ser segurado, conforme artigo 51, o valor do pecúlio por morte do participante será o equivalente a 100% (cem por cento) do valor do salário-real-de-benefício.		Art. 52 - Para fins de referência do cálculo do capital a ser segurado, conforme artigo 51, o valor do pecúlio por morte do participante será o equivalente a 100% (cem por cento) do valor do salário-real-de-benefício.
Parágrafo único - O valor do pecúlio por morte não poderá ser inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor de referência vigente.		Parágrafo único - O valor do pecúlio por morte não poderá ser inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor de referência vigente.
Seção IV		Seção IV
Cálculo na Concessão do Benefício		Cálculo na Concessão do Benefício
Subseção I		Subseção I
Participante		Participante
Art. 53 – O valor do pecúlio por morte do participante será o valor do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso VII do artigo 85, constituída pela indenização do capital financeiro específico para o pecúlio por morte.		Art. 53 – O valor do pecúlio por morte do participante será o valor do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso VII do artigo 85, constituída pela indenização do capital financeiro específico para o pecúlio por morte.
Parágrafo Único – O beneficiário poderá requerer o saque à vista do valor equivalente a até 10% (dez por cento) do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso VI do artigo 85, quando da concessão da pensão por morte.		Parágrafo Único – O beneficiário poderá requerer o saque à vista do valor equivalente a até 10% (dez por cento) do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso VI do artigo 85, quando da concessão da pensão por morte.
Subseção II		Subseção II
Aposentado		Aposentado
Art. 54 - O pecúlio por morte do aposentado consiste no pagamento único equivalente a 100% do valor do salário real de benefício do aposentado que falecer.		Art. 54 - O pecúlio por morte do aposentado consiste no pagamento único equivalente a 100% do valor do salário real de benefício do aposentado que falecer.
§1º - O valor do Pecúlio por Morte não poderá ser inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do Valor de Referência vigente na data do óbito.		§1º - O valor do Pecúlio por Morte não poderá ser inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do Valor de Referência vigente na data do óbito.
§2º - No caso de óbito de aposentado por invalidez, o salário real de benefício referido no caput é aquele considerado no cálculo desses benefícios, atualizado		§2º - No caso de óbito de aposentado por invalidez, o salário real de benefício referido no caput é aquele considerado no cálculo desses benefícios, atualizado

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
pelo índice mencionado no artigo 78 até o mês precedente ao do óbito.		pelo índice mencionado no artigo 78 até o mês precedente ao do óbito.
§3º - No caso de óbito de aposentado por aposentadoria programada, o salário real de benefício referido no caput será calculado hipoteticamente na data do início da suplementação de aposentadoria e atualizado pelo índice mencionado no artigo 78 até o mês precedente ao do óbito.		§3º - No caso de óbito de aposentado por aposentadoria programada, o salário real de benefício referido no caput será calculado hipoteticamente na data do início da suplementação de aposentadoria e atualizado pelo índice mencionado no artigo 78 até o mês precedente ao do óbito.
§4º - Para o participante ou assistido inscritos também no Plano Básico Ceres, o Pecúlio por Morte equivale ao quádruplo do mesmo salário real de benefício, deduzido o valor do Pecúlio por Morte previsto no Plano Básico Ceres.		§4º - Para o participante ou assistido inscritos também no Plano Básico Ceres, o Pecúlio por Morte equivale ao quádruplo do mesmo salário real de benefício, deduzido o valor do Pecúlio por Morte previsto no Plano Básico Ceres.
CAPÍTULO XII		CAPÍTULO XII
Abono Anual		Abono Anual
Art. 55 - O abono anual consiste no pagamento, até o mês de dezembro de cada exercício, de prestação pecuniária anual.		Art. 55 - O abono anual consiste no pagamento, até o mês de dezembro de cada exercício, de prestação pecuniária anual.
§1º - O abono anual corresponde a tantos 1/12 (um doze avos) do valor do benefício de dezembro quantos forem os meses em que o assistido se manteve em gozo do benefício no curso do ano civil, considerando-se como mês inteiro o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.		§1º - O abono anual corresponde a tantos 1/12 (um doze avos) do valor do benefício de dezembro quantos forem os meses em que o assistido se manteve em gozo do benefício no curso do ano civil, considerando-se como mês inteiro o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.
§2º - Os benefícios temporários de auxílio-doença e auxílio-reclusão terão o pagamento do abono anual antecipado, mensalmente, na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor referente ao benefício de dezembro de cada ano.		§2º - Os benefícios temporários de auxílio-doença e auxílio-reclusão terão o pagamento do abono anual antecipado, mensalmente, na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor referente ao benefício de dezembro de cada ano.
Art. 56 - Ocorrendo o falecimento de aposentado, o resíduo do abono anual verificado na data do óbito será pago aos seus beneficiários e, na ausência, aos herdeiros legais.		Art. 56 - Ocorrendo o falecimento do aposentado, o resíduo do abono anual verificado na data do óbito será pago aos seus beneficiários e, na ausência, aos herdeiros legais.
CAPÍTULO XIII		CAPÍTULO XIII
Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Resgate e Portabilidade		Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Resgate e Portabilidade
Seção I		Seção I
Disposições Comuns		Disposições Comuns
Art. 57 - A Ceres fornecerá ao participante, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação da cessação do seu vínculo empregatício com o Patrocinador ou a partir da data do protocolo de requerimento, extrato contendo as seguintes informações:		Art. 57 - A Ceres fornecerá ao participante, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação da cessação do seu vínculo empregatício com o Patrocinador ou a partir da data do protocolo de requerimento, extrato contendo as seguintes informações:
I - valor do benefício decorrente da opção pelo Benefício Proporcional Diferido e do saldo das contas individuais do participante e patronal, em nome do participante, conforme incisos de I a III do artigo 85, sendo o valor do referido benefício atuarialmente calculado em conformidade com o disposto no artigo 64.		I - valor do benefício decorrente da opção pelo Benefício Proporcional Diferido e do saldo das contas individuais do participante e patronal, em nome do participante, conforme incisos de I a III do artigo 85, sendo o valor do referido benefício atuarialmente calculado em conformidade com o disposto no artigo 64.
II - condições de cobertura dos custos administrativo e dos riscos de invalidez ou morte na fase de diferimento, com a indicação do critério do respectivo custeio;		II - condições de cobertura dos custos administrativo e dos riscos de invalidez ou morte na fase de diferimento, com a indicação do critério do respectivo custeio;

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
III - data base do cálculo do Benefício Proporcional Diferido, com a indicação do critério de atualização;		III - data base do cálculo do Benefício Proporcional Diferido, com a indicação do critério de atualização;
IV - indicação dos requisitos de elegibilidade ao Benefício Proporcional Diferido;		IV - indicação dos requisitos de elegibilidade ao Benefício Proporcional Diferido;
V – valor correspondente ao direito acumulado para fins de Portabilidade, com a indicação de valores atualizados de recursos portados pelo participante de outros planos de previdência complementar, observado o disposto no artigo 74;		V – valor correspondente ao direito acumulado para fins de Portabilidade, com a indicação de valores atualizados de recursos portados pelo participante de outros planos de previdência complementar, observado o disposto no artigo 74;
VI – indicação do critério de atualização do valor a ser transferido, a título de portabilidade, cuja atualização deverá ocorrer até a data da efetiva transferência;		VI – indicação do critério de atualização do valor a ser transferido, a título de portabilidade, cuja atualização deverá ocorrer até a data da efetiva transferência;
VII – data base e valor de resgate, com a observação sobre a incidência de tributação e indicação da faculdade de pagamento parcelado, conforme previsto no artigo 70;		VII – data base e valor de resgate, com a observação sobre a incidência de tributação e indicação da faculdade de pagamento parcelado, conforme previsto no artigo 70;
VIII – indicação da forma de atualização do valor de resgate entre a data base do cálculo e a data do efetivo pagamento;		VIII – indicação da forma de atualização do valor de resgate entre a data base do cálculo e a data do efetivo pagamento;
IX – salário de participação e forma de atualização, para fins de contribuição, no caso de opção pelo autopatrocínio;		IX – salário de participação e forma de atualização, para fins de contribuição, no caso de opção pelo autopatrocínio;
X – percentual inicial de contribuição, para fins de autopatrocínio, que passará a ser de responsabilidade do participante no caso de opção pelo autopatrocínio.		X – percentual inicial de contribuição, para fins de autopatrocínio, que passará a ser de responsabilidade do participante no caso de opção pelo autopatrocínio.
§1º - A ausência de comunicação tempestiva, pelo Patrocinador, da cessação do vínculo empregatício, não retira do participante, o direito de optar por um dos institutos previstos neste Capítulo.		§1º - A ausência de comunicação tempestiva, pelo Patrocinador, da cessação do vínculo empregatício, não retira do participante, o direito de optar por um dos institutos previstos neste Capítulo.
§2º - Na hipótese de questionamento, pelo participante, das informações constantes no extrato previsto no caput, o prazo para opção por um dos institutos, conforme previsto nas seções II a V deste Capítulo, será suspenso até que sejam prestados pela Ceres, os esclarecimentos pertinentes, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias.		§2º - Na hipótese de questionamento, pelo participante, das informações constantes no extrato previsto no caput, o prazo para opção por um dos institutos, conforme previsto nas seções II a V deste Capítulo, será suspenso até que sejam prestados pela Ceres, os esclarecimentos pertinentes, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Art. 58 - O participante que tenha cessado seu vínculo empregatício com o Patrocinador antes de ter preenchido os requisitos de elegibilidade à aposentadoria programada, inclusive na forma antecipada, que não seja elegível a qualquer benefício de risco e que não tenha optado pelo autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade ou resgate, nos respectivos prazos estabelecidos neste regulamento, terá presumida a sua opção pelo benefício proporcional diferido, desde que sejam atendidas as demais condições previstas na seção III deste Capítulo.		Art. 58 - O participante que tenha cessado seu vínculo empregatício com o Patrocinador antes de ter preenchido os requisitos de elegibilidade à aposentadoria programada, inclusive na forma antecipada, que não seja elegível a qualquer benefício de risco e que não tenha optado pelo autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade ou resgate, nos respectivos prazos estabelecidos neste regulamento, terá presumida a sua opção pelo benefício proporcional diferido, desde que sejam atendidas as demais condições previstas na seção III deste Capítulo.
Parágrafo Único – A opção presumida referida no caput será feita com a previsão de cobertura dos benefícios de risco decorrentes da morte ou invalidez do participante, conforme previsto no inciso V do artigo 62.		Parágrafo Único – A opção presumida referida no caput será feita com a previsão de cobertura dos benefícios de risco decorrentes da morte ou invalidez do participante, conforme previsto no inciso V do artigo 62.
Seção II		Seção II
Autopatrocínio		Autopatrocínio
Art. 59 - Autopatrocínio é a faculdade do participante manter o valor da sua contribuição e a do Patrocinador,		Art. 59 - Autopatrocínio é a faculdade do participante manter o valor da sua contribuição e a do Patrocinador,

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
previstas no plano de custeio, no caso de perda parcial ou total da remuneração integrante do seu salário de participação, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração.		previstas no plano de custeio, no caso de perda parcial ou total da remuneração integrante do seu salário de participação, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração.
§1º - A opção pelo autopatrocínio será exercida no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do evento que motivou a perda total ou parcial da remuneração e deverá ser formalizada por meio de Termo de Opção devidamente assinado pelo participante.	<b>Art. 24. O regulamento do plano de benefícios deve prever prazo para opção pelo autopatrocínio. (já atendemos)</b>	§1º - A opção pelo autopatrocínio será exercida no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do evento que motivou a perda total ou parcial da remuneração e deverá ser formalizada por meio de Termo de Opção devidamente assinado pelo participante.
§2º - Será entendida como perda total da remuneração componente do salário de participação, a cessação ou a suspensão do vínculo empregatício com o Patrocinador.		§2º - Será entendida como perda total da remuneração componente do salário de participação, a cessação ou a suspensão do vínculo empregatício com o Patrocinador.
§3º - Será entendida como perda parcial da remuneração, a redução de parcelas componentes do salário de participação, desde que tenham sido recebidas de forma ininterrupta, pelo período mínimo de 12 (doze) meses anteriores à redução.		§3º - Será entendida como perda parcial da remuneração, a redução de parcelas componentes do salário de participação, desde que tenham sido recebidas de forma ininterrupta, pelo período mínimo de 12 (doze) meses anteriores à redução.
§4º - O valor da perda da remuneração referida no caput, será atualizado nas mesmas épocas e proporções em que forem concedidos reajustes gerais dos salários dos empregados do Patrocinador.		§4º - O valor da perda da remuneração referida no caput, será atualizado nas mesmas épocas e proporções em que forem concedidos reajustes gerais dos salários dos empregados do Patrocinador.
	<b>Inclusão realizada em virtude da demanda do Artigo 26 Parágrafo único. As contribuições vertidas ao plano de benefícios, em decorrência da opção pelo autopatrocínio, são entendidas, em qualquer situação, como contribuições do participante.</b>	<b>§5º As contribuições vertidas ao plano de benefícios, em decorrência da opção pelo autopatrocínio, são entendidas, em qualquer situação, como contribuições do participante.</b>
Art. 60 – A opção pelo autopatrocínio garante a cobertura dos benefícios previstos neste regulamento, como se o participante não tivesse sofrido a perda total ou parcial da remuneração.		Art. 60 – A opção pelo autopatrocínio garante a cobertura dos benefícios previstos neste regulamento, como se o participante não tivesse sofrido a perda total ou parcial da remuneração.
§1º - O período de autopatrocínio será computado como tempo de vinculação funcional ao Patrocinador, para fins exclusivos de cumprimento das carências previstas no Ceres-FlexCeres.		§1º - O período de autopatrocínio será computado como tempo de vinculação funcional ao Patrocinador, para fins exclusivos de cumprimento das carências previstas no Ceres-FlexCeres.
§2º - A opção pelo autopatrocínio não impede a posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade ou Resgate, nas condições previstas neste regulamento.		§2º - A opção pelo autopatrocínio não impede a posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade ou Resgate, nas condições previstas neste regulamento.
Seção III		Seção III
Benefício Proporcional Diferido		Benefício Proporcional Diferido
Art. 61 - O Benefício Proporcional Diferido é o instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador, optar pela cessação das contribuições e receber, em tempo futuro, o benefício suplementar decorrente dessa opção.		Art. 61 - O Benefício Proporcional Diferido é o instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador, optar pela cessação das contribuições e receber, em tempo futuro, o benefício suplementar decorrente dessa opção.
Art. 62 – A opção pelo Benefício Proporcional Diferido será aceita desde que o participante atenda simultaneamente os seguintes requisitos:		Art. 62 – A opção pelo Benefício Proporcional Diferido será aceita desde que o participante atenda simultaneamente os seguintes requisitos:
I – comprove a cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador;		I – comprove a cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador;
II –tenha 36 (trinta e seis) meses de vinculação ininterrupta ao Ceres-FlexCeres, considerado o tempo de filiação ao Plano Básico-Ceres como tempo de carência cumprida;		II – tenha 36 (trinta e seis) meses de vinculação ininterrupta ao Ceres-FlexCeres, considerado o tempo de filiação ao Plano Básico-Ceres como tempo de carência cumprida;



REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
III – não esteja elegível a benefício pleno de suplementação de aposentadoria programada previsto no artigo 21;		III – não esteja elegível a benefício pleno de suplementação de aposentadoria programada previsto no artigo 21;
IV – formalise, mediante assinatura de Termo de Opção, o pedido de inscrição Benefício Proporcional Diferido no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da cessação do vínculo empregatício;		IV – formalize , mediante assinatura de Termo de Opção, o pedido de inscrição Benefício Proporcional Diferido no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da cessação do vínculo empregatício;
V – formalise a opção pela cobertura ou não cobertura dos riscos de invalidez ou morte no período de deferimento, assumindo o ônus correspondente;		V – formalize a opção pela cobertura ou não cobertura dos riscos de invalidez ou morte no período de deferimento, assumindo o ônus correspondente;
Art. 63 - Durante o período de deferimento, será facultado ao participante optar pelo Resgate ou pela Portabilidade, nas condições previstas nas seções IV e V deste Capítulo.	Art. 3º A opção do participante pelo benefício proporcional diferido não impede posterior opção pelos demais institutos, desde que obedecidas as condições previstas nesta Resolução e no regulamento do plano de benefícios.	Art. 63 - Durante o período de deferimento, a opção do participante pelo benefício proporcional diferido não impede posterior opção pelos demais institutos tratados neste regulamento, desde que obedecidas as regras previstas.
	Art. 3º § 1º No caso de posterior opção pela portabilidade ou pelo resgate, os recursos financeiros a serem portados ou resgatados são aqueles apurados na forma e nas condições estabelecidas no regulamento do plano de benefícios.	§1º No caso de posterior opção pela portabilidade ou pelo resgate, os recursos financeiros a serem portados ou resgatados são aqueles apurados na forma e nas condições estabelecidas neste regulamento.
	Art. 3º § 2º No caso de posterior opção pelo instituto do autopatrocínio, que somente poderá ocorrer em plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, o regulamento do plano deve, quando aplicável, dispor sobre as condições para a manutenção de eventuais coberturas dos riscos de invalidez e morte do participante oferecidas durante a fase de deferimento.	§2º No caso de posterior opção pelo instituto do autopatrocínio, o participante garante a cobertura dos benefícios previstos neste regulamento, ficando obrigado a verter as contribuições definidas no inciso I do artigo 80.  HEITOR: CASO O ENTENDIMENTO DO COMENTÁRIO SEJA O DO GRUPO, TEMOS QUE ENCONTRAR A MELHOR MANEIRA DE INCLUIR ESSA REDAÇÃO.
		§3º No caso de participante esteja em Benefício Proporcional Diferido e que fizer a opção pelo autopatrocínio, mas não tenha feito a opção pela cobertura do risco, deverá cumprir as carências necessárias e apresentar a documentação conforme a apólice do seguro contratada para a cobertura dos riscos.
Art. 64 – O Benefício Proporcional Diferido será atuarialmente calculado em cotas, com base no saldo das contas Individual e Patronal relativas ao participante, na data da opção, conforme Nota Técnica Atuarial e reajustado na forma prevista no art.68.		Art. 64 – O Benefício Proporcional Diferido será atuarialmente calculado em cotas, com base no saldo das contas Individual e Patronal relativas ao participante, na data da opção, conforme Nota Técnica Atuarial e reajustado na forma prevista no art.68.
Parágrafo Único - Dos saldos das contas referidas no caput serão deduzidas, durante o período de deferimento, as parcelas destinadas ao custeio administrativo e, se for o caso, à cobertura dos riscos de invalidez e morte referidos no inciso V do artigo 62.	Art. 5º § 1º Em relação ao participante optante pelo benefício proporcional diferido, o regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre o custeio:  I - das despesas administrativas; <b>II - de déficits ou serviço passado; e</b>  III - de eventuais coberturas dos riscos de invalidez e morte do participante durante a fase de deferimento, por opção do participante.	Parágrafo Único - Dos saldos das contas referidas no caput serão deduzidas, durante o período de deferimento, as parcelas destinadas ao custeio administrativo, <b>deficits ou serviços passados</b> e, se for o caso, à cobertura dos riscos de invalidez e morte referidos no inciso V do artigo 62.
Art. 65 - O pagamento do benefício proporcional diferido será devido a partir da data do protocolo do requerimento, desde que o participante tenha cumprido com os requisitos estabelecidos no artigo 27.		Art. 65 - O pagamento do benefício proporcional diferido será devido a partir da data do protocolo do requerimento, desde que o participante tenha cumprido com os requisitos estabelecidos no artigo 27.
Art. 66 – No caso do participante ter optado pela cobertura dos riscos mencionados no inciso V do artigo 62 e, ocorrendo a sua invalidez ou morte no período de deferimento, será concedido, conforme o caso, benefício de aposentadoria por invalidez ou de pensão, nas		Art. 66 – No caso do participante ter optado pela cobertura dos riscos mencionados no inciso V do artigo 62 e, ocorrendo a sua invalidez ou morte no período de deferimento, será concedido, conforme o caso, benefício de aposentadoria por invalidez ou de pensão, nas

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
condições previstas, respectivamente, nos artigos 39 e 45.		condições previstas, respectivamente, nos artigos 39 e 45.
Art. 67- No caso do participante não ter optado pela cobertura dos benefícios de risco mencionada no inciso V do artigo 62 e ocorrendo a sua invalidez no período de diferimento, ser-lhe-á facultado optar por uma das seguintes alternativas:		Art. 67- No caso do participante não ter optado pela cobertura dos benefícios de risco mencionada no inciso V do artigo 62 e ocorrendo a sua invalidez no período de diferimento, ser-lhe-á facultado optar por uma das seguintes alternativas:
I – permanecer inscrito neste plano de benefícios até a data da concessão da aposentadoria programada;		I – permanecer inscrito neste plano de benefícios até a data da concessão da aposentadoria programada;
II – receber o saldo da sua conta individual, previsto nos incisos I e II do artigo 85.		II – receber o saldo da sua conta individual, previsto nos incisos I e II do artigo 85.
Art. 68 - No caso do participante não ter optado pela cobertura dos benefícios de risco mencionada no inciso V do artigo 62 e, ocorrendo a sua morte no período de diferimento, será pago aos seus beneficiários o saldo da conta individual do participante, previsto nos incisos I e II do artigo 85, e, na falta de beneficiários, aos herdeiros legais.		Art. 68 - No caso do participante não ter optado pela cobertura dos benefícios de risco mencionada no inciso V do artigo 62 e, ocorrendo a sua morte no período de diferimento, será pago aos seus beneficiários o saldo da conta individual do participante, previsto nos incisos I e II do artigo 85, e, na falta de beneficiários, aos herdeiros legais.
Parágrafo único - O participante inscrito no Benefício Proporcional Diferido não fará jus ao auxílio-doença nem ao auxílio-reclusão.		Parágrafo único - O participante inscrito no Benefício Proporcional Diferido não fará jus ao auxílio-doença nem ao auxílio-reclusão.
Seção IV		Seção IV
Resgate	Inclusão em virtude do artigo 17.	Resgate <b>Integral</b>
Art. 69 - O participante que tiver cancelada sua inscrição nas condições previstas nos incisos II ou III do artigo 19, fará jus ao resgate das contribuições pessoais registradas na Conta Individual referida nos incisos I e II do artigo 85, que lhe será pago mediante assinatura de Termo de Opção e comprovação da rescisão do contrato de trabalho com o Patrocinador.	<b>Art. 17. O resgate integral implica o desligamento do participante do plano de benefícios, com cessação dos compromissos do plano administrado pela entidade em relação ao participante e aos seus beneficiários.</b>	Art. 69 - O participante que tiver cancelada sua inscrição nas condições previstas nos incisos II ou III do artigo 19, fará jus ao resgate <b>integral</b> das contribuições pessoais registradas na Conta Individual referida nos incisos I e II do artigo 85, que lhe será pago mediante assinatura de Termo de Opção e comprovação da rescisão do contrato de trabalho com o Patrocinador.
§1º - O Resgate não será permitido ao participante que esteja em gozo de benefício, ou seja, que tenha recebido o primeiro pagamento.		§1º - O Resgate <b>integral</b> não será permitido ao participante que esteja em gozo de benefício, ou seja, que tenha recebido o primeiro pagamento.
§2º - Consideram-se contribuições pessoais as efetivamente pagas com recursos próprios do participante.		§2º - Consideram-se contribuições pessoais as efetivamente pagas com recursos próprios do participante.
§3º – É vedado o resgate de recursos de portabilidade previstos no artigo 74 constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar.	<b>Art 18. II - pode facultar o <b>resgate integral</b> de recursos constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar, desde que cumprido o prazo de carência de trinta e seis meses, contados da data da portabilidade, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de patrocinador.</b>	<b>§3º – Independentemente da rescisão do vínculo com o Patrocinador, é facultado ao participante o resgate <b>integral</b> de recursos oriundos de portabilidade, constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar, desde que cumprido o prazo de carência de trinta e seis meses, contados da data da portabilidade, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de patrocinador.</b>
§4º - A opção pelo resgate, inclusive sob a forma de pagamento parcelado prevista no parágrafo único do artigo 70, implica a cessação dos compromissos do Ceres-FlexCeres em relação ao participante e seus beneficiários, ressalvado o direito de recebimento das parcelas vincendas, no caso de pagamento parcelado.		§ 4º - A opção pelo resgate <b>integral</b> , inclusive sob a forma de pagamento parcelado prevista no parágrafo único do artigo 70, implica a cessação dos compromissos do Ceres-FlexCeres em relação ao participante e seus beneficiários, ressalvado o direito de recebimento das parcelas vincendas, no caso de pagamento parcelado.
§5º - No caso de óbito de ex-participante, que não tiver exercido o resgate ou a portabilidade, caberá aos herdeiros legais o direito ao valor correspondente ao resgate.		§5º - No caso de óbito de ex-participante, que não tiver exercido o resgate <b>integral</b> ou a portabilidade, caberá aos herdeiros legais o direito ao valor correspondente ao resgate.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
	Art 18. I - deve facultar o resgate integral de recursos constituídos em plano administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano; e	§6º É facultado ao participante o resgate integral de recursos constituídos em plano administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de benefício.
	Art. 17 § 5º A suspensão do contrato de trabalho decorrente de invalidez de participante é equiparada à perda de vínculo de empregatício a que se refere o § 1º, sendo assegurado ao participante a opção pelo pagamento do resgate integral independentemente do cumprimento de carência, observadas as demais condições previstas nesta Resolução e no regulamento do plano de benefícios.	§7º A suspensão do contrato de trabalho decorrente de invalidez de participante é equiparada à perda de vínculo de empregatício a que se refere o art. 69, sendo assegurado ao participante a opção pelo pagamento do resgate integral independentemente do cumprimento de carência.
	Art.22 II - os valores referentes a eventuais débitos do participante junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante; e	§8º O plano de benefícios deve considerar, por ocasião do pagamento do resgate integral previsto neste artigo, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante.
	Art. 22 I - a parcela destinada à cobertura dos benefícios de risco que, na forma do regulamento e do plano de custeio, seja de responsabilidade do participante;	§9º Do valor previsto no art. 69, poderá ainda ser deduzida a parcela destinada à cobertura dos benefícios de risco que, na forma do regulamento e do plano de custeio, seja de responsabilidade do participante.
	Art. 22 III - as parcelas anteriormente resgatadas pelo participante, na forma dos arts. 19 ou 20.	§10º Do valor previsto no art. 69, poderá ainda ser deduzidas as parcelas anteriormente resgatadas pelo participante, na forma dos parágrafos 3º e 6º do art. 69.
Art. 70 - A Ceres efetuará o pagamento do resgate de contribuições, de acordo com cronograma fixado pela Diretoria Executiva.		Art. 70 - A Ceres efetuará o pagamento do resgate <b>integral</b> de contribuições, de acordo com cronograma fixado pela Diretoria Executiva.
Parágrafo único – Por opção exclusiva do participante, o pagamento do resgate de contribuições poderá ser feito em até 12 (doze) parcelas mensais, aplicando-se sobre cada parcela a valorização das cotas definida no artigo 87.	Art. 21. O regulamento do plano de benefícios deve prever o pagamento do resgate integral <b>ou parcial</b> , por opção do participante, em: I - quota única, com possibilidade de diferimento em até noventa dias; ou II - até doze parcelas mensais e consecutivas, por opção do participante. Parágrafo único. O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre o critério de reajuste das parcelas vincendas, no caso de pagamento parcelado ou diferido do resgate.	Parágrafo único – Por opção exclusiva do participante, o pagamento do resgate <b>integral</b> de contribuições poderá ser feito em até 12 (doze) parcelas mensais, aplicando-se sobre cada parcela a valorização das cotas definida no artigo 87.
Seção V		Seção V
Portabilidade		Portabilidade
Art. 71 – Portabilidade é o instituto que faculta ao participante transferir o seu direito acumulado no Ceres-FlexCeres, para outro plano de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.	<b>Inclusão</b> realizada em virtude da demanda do Artigo 14. É vedado que os recursos financeiros transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.	Art. 71 – Portabilidade é o instituto que faculta ao participante transferir o seu direito acumulado no Ceres-FlexCeres, para outro plano de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano, <b>sendo vedado que os recursos financeiros transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.</b>
Art. 72 – O direito à portabilidade poderá ser exercido pelo participante que, cumulativamente, preencher os seguintes requisitos:		Art. 72 – O direito à portabilidade poderá ser exercido pelo participante que, cumulativamente, preencher os seguintes requisitos:
I – comprovar a cessação do seu vínculo empregatício com o Patrocinador;		I – comprovar a cessação do seu vínculo empregatício com o Patrocinador;
II – ter cumprido 36 (trinta e seis) meses de filiação ininterrupta a este plano de benefícios, considerado o tempo de filiação ao Plano Básico-Ceres e Plano Saldado-Ceres como tempo de carência cumprida;		II – ter cumprido 36 (trinta e seis) meses de filiação ininterrupta a este plano de benefícios, considerado o tempo de filiação ao Plano Básico-Ceres e Plano Saldado-Ceres como tempo de carência cumprida;

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
III – formalizar, mediante assinatura de Termo de Opção, a opção pela portabilidade, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da rescisão do contrato de trabalho, caso não tenha optado pelo Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido ou Resgate.		III – formalizar, mediante assinatura de Termo de Opção, a opção pela portabilidade, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da rescisão do contrato de trabalho, caso não tenha optado pelo Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido ou Resgate.
§1º - A portabilidade não será permitida ao participante que esteja em gozo de benefício e que tenha recebido o primeiro pagamento.		§1º - A portabilidade não será permitida ao participante que esteja em gozo de benefício e que tenha recebido o primeiro pagamento.
§2º – A opção pela portabilidade será exercida pelo participante, em caráter irrevogável e irretratável, e implicará, a partir da data da opção, no cancelamento de sua inscrição no Ceres-FlexCeres, juntamente com todos os seus beneficiários.		§2º – A opção pela portabilidade será exercida pelo participante, em caráter irrevogável e irretratável, e implicará, a partir da data da opção, no cancelamento de sua inscrição no Ceres-FlexCeres, juntamente com todos os seus beneficiários.
§3º - O direito à portabilidade é inalienável, vedada a sua cessão sob qualquer forma.		§3º - O direito à portabilidade é inalienável, vedada a sua cessão sob qualquer forma.
Art. 73 - A transferência dos recursos financeiros referentes à Portabilidade será processada por meio de Termo de Portabilidade, emitido pela Ceres, contendo as seguintes informações:		Art. 73 - A transferência dos recursos financeiros referentes à Portabilidade será processada por meio de Termo de Portabilidade, emitido pela Ceres, contendo as seguintes informações:
I - identificação do participante;		I - identificação do participante;
II – identificação da Ceres;		II – identificação da Ceres;
III – identificação do plano de benefícios originário;		III – identificação do plano de benefícios originário;
IV – identificação da entidade destinatária dos recursos a serem transferidos e do plano de benefícios receptor;		IV – identificação da entidade destinatária dos recursos a serem transferidos e do plano de benefícios receptor;
V – valor a ser portado, e critério de atualização até a data da efetiva transferência;	Art. 15 O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre a data base de apuração e os critérios de atualização do valor a ser portado, na forma definida pela Previc.	V – valor a ser portado, e critério de atualização até a data da efetiva transferência;
VI – data limite para a transferência dos recursos;		VI – data limite para a transferência dos recursos;
VII – identificação das contas correntes bancárias, da Ceres e da entidade destinatária dos recursos a serem transferidos;		VII – identificação das contas correntes bancárias, da Ceres e da entidade destinatária dos recursos a serem transferidos;
VIII - concordância do participante com as informações constantes do Termo de Portabilidade;		VIII - concordância do participante com as informações constantes do Termo de Portabilidade;
IX – assinatura do representante legal da Ceres.		IX – assinatura do representante legal da Ceres.
Parágrafo único - Os recursos a serem portados serão corrigidos monetariamente "pro-rata-tempore", pela variação do INPC, entre o mês da última atualização e o dia da efetiva transferência.	Alteração de parágrafo único para 1º.	§1º - Os recursos a serem portados serão corrigidos monetariamente "pro-rata-tempore", pela variação do INPC, entre o mês da última atualização e o dia da efetiva transferência.
	Art. 15 Parágrafo único. A entidade fechada de previdência complementar deve considerar, por ocasião da apuração do valor a ser portado, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante	§2º Os recursos a serem portados devem considerar, por ocasião da apuração do valor a ser portado, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante.
	Art. 13 § 5º Os critérios de apuração e a metodologia de cálculo do direito acumulado para fins de portabilidade devem constar do regulamento e da nota técnica atuarial do plano de benefícios, respectivamente, descontadas eventuais contribuições extraordinárias e resultados deficitários não equacionados, cabíveis ao participante.	§3º Os critérios de apuração e a metodologia de cálculo do direito acumulado para fins de portabilidade seguem o que consta neste regulamento e na nota técnica atuarial do plano de benefícios, respectivamente, descontadas eventuais contribuições extraordinárias e resultados deficitários não equacionados, cabíveis ao participante.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Art. 74 - Os recursos portados de outra entidade previdenciária serão registrados em conta separada, com a finalidade de conversão em benefício suplementar adicional, atuariamente calculado na data da concessão.	Alteração em atendimento ao artigo 10 da Resolução 50/2022.	Art. 74 - Os recursos portados de outra entidade previdenciária <b>devem manter controle em separado, desvinculado do direito acumulado pelo participante no plano de destino, das parcelas correspondentes às contribuições do participante e do patrocinador oriundas de recursos portados de outro plano de previdência complementar, observando a forma e as condições definidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.</b>
Parágrafo Único - Os recursos referidos no caput, serão atualizados monetariamente a partir da data do recebimento, na forma prevista no artigo 78, e incorporados ao direito de exercício de posterior portabilidade ou resgate, observada a restrição prevista no § 3º do artigo 69.	Ajuste de numeração	<b>§1º</b> - Os recursos referidos no caput, serão atualizados monetariamente a partir da data do recebimento, na forma prevista no artigo 78, e incorporados ao direito de exercício de posterior portabilidade ou resgate, observada a restrição prevista no § 3º do artigo 69.
	Inclusão em atendimento ao § 1º do artigo 8º da Resolução 50/2022.	<b>§2º Fica permitida a portabilidade entre planos de benefícios administrados por uma mesma entidade fechada de previdência complementar.</b>
CAPÍTULO XIV		CAPÍTULO XIV
Pagamento Dos Benefícios		Pagamento Dos Benefícios
Art. 75 - Os benefícios previstos neste Regulamento têm vencimento fixado para o último dia do mês de competência e serão pagos no período entre o último dia útil desse mês e o 5º dia útil do mês subsequente.		Art. 75 - Os benefícios previstos neste Regulamento têm vencimento fixado para o último dia do mês de competência e serão pagos no período entre o último dia útil desse mês e o 5º dia útil do mês subsequente.
Art. 76 - Serão descontados do valor dos benefícios:		Art. 76 - Serão descontados do valor dos benefícios:
I - importâncias recebidas indevidamente pelo assistido;		I - importâncias recebidas indevidamente pelo assistido;
II - descontos legais;		II - descontos legais;
III - prestação de alimentos e outras determinadas por sentença judicial;		III - prestação de alimentos e outras determinadas por sentença judicial;
Parágrafo único - No caso de revisão de benefícios que resultar em valor superior ou inferior ao que vinha sendo pago, a diferença será objeto de atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês do fato gerador e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, observados os limites de descontos previstos na legislação da previdência social.		Parágrafo único - No caso de revisão de benefícios que resultar em valor superior ou inferior ao que vinha sendo pago, a diferença será objeto de atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês do fato gerador e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, observados os limites de descontos previstos na legislação da previdência social.
Art. 77 - As importâncias recebidas indevidamente por assistido, nos casos comprovados de fraude, dolo ou má-fé, provocados pelo próprio assistido, serão restituídas à Ceres, nos termos da legislação pertinente, com atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês em que se deu o recebimento indevido e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, acrescida de juros mensais atuariais vigentes e multa de 2% (dois por cento).		Art. 77 - As importâncias recebidas indevidamente por assistido, nos casos comprovados de fraude, dolo ou má-fé, provocados pelo próprio assistido, serão restituídas à Ceres, nos termos da legislação pertinente, com atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês em que se deu o recebimento indevido e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, acrescida de juros mensais atuariais vigentes e multa de 2% (dois por cento).
CAPÍTULO XV		CAPÍTULO XV
Reajuste Dos Benefícios		Reajuste Dos Benefícios
Art. 78 - Os benefícios concedidos em conformidade com as disposições deste regulamento serão reajustados no mês de janeiro pela variação do INPC, apurada no		Art. 78 - Os benefícios concedidos em conformidade com as disposições deste regulamento serão reajustados no mês de janeiro pela variação do INPC, apurada no

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
período entre o mês do último reajuste e o mês de dezembro do ano anterior ao do reajuste.		período entre o mês do último reajuste e o mês de dezembro do ano anterior ao do reajuste.
Parágrafo único - O primeiro reajuste após a concessão dos benefícios previstos neste regulamento observará o período compreendido entre o mês da concessão e o mês de dezembro do ano anterior ao do reajuste.		Parágrafo único - O primeiro reajuste após a concessão dos benefícios previstos neste regulamento observará o período compreendido entre o mês da concessão e o mês de dezembro do ano anterior ao do reajuste.
TÍTULO IV		TÍTULO IV
CUSTEIO DO PLANO		CUSTEIO DO PLANO
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
Plano De Custeio		Plano De Custeio
Seção I		Seção I
Aprovação e Revisão		Aprovação e Revisão
Art. 79 – O Plano de Custeio pertinente ao Ceres-FlexCeres , será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo, dele devendo obrigatoriamente constar o regime financeiro e os respectivos cálculos atuariais.		Art. 79 – O Plano de Custeio pertinente ao Ceres-FlexCeres , será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo, dele devendo obrigatoriamente constar o regime financeiro e os respectivos cálculos atuariais.
Parágrafo único - O Plano de Custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos do Ceres-FlexCeres .		Parágrafo único - O Plano de Custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos do Ceres-FlexCeres .
Seção II		Seção II
Fontes de Receita		Fontes de Receita
Art. 80 - O custeio do Ceres-FlexCeres será atendido pelas seguintes fontes de receita:		Art. 80 - O custeio do Ceres-FlexCeres será atendido pelas seguintes fontes de receita:
I – contribuições normais, calculadas com base em percentuais, sendo a parcela do participante escolhida por ele e limitada no mínimo e no máximo conforme previsto no §2º, e incidentes sobre o salário de participação:		I – contribuições normais, calculadas com base em percentuais, sendo a parcela do participante escolhida por ele e limitada no mínimo e no máximo conforme previsto no §2º, e incidentes sobre o salário de participação:
a) dos participantes, relativa aos benefícios programados previstos artigo 21;		a) dos participantes, relativa aos benefícios programados previstos artigo 21;
b) dos participantes, relativa à metade do custo dos benefícios de risco previstos no artigo 21;		b) dos participantes, relativa à metade do custo dos benefícios de risco previstos no artigo 21;
c) do Patrocinador, paritária à parcela do participante prevista na alínea "a" do inciso I deste artigo, relativa aos benefícios programados, observado o limite máximo fixado no §3º;		c) do Patrocinador, paritária à parcela do participante prevista na alínea "a" do inciso I deste artigo, relativa aos benefícios programados, observado o limite máximo fixado no §3º;
d) do Patrocinador, paritária à parcela do participante prevista na alínea "b" do inciso I deste artigo, relativa aos benefícios de risco, observado o limite máximo fixado no §3º;		d) do Patrocinador, paritária à parcela do participante prevista na alínea "b" do inciso I deste artigo, relativa aos benefícios de risco, observado o limite máximo fixado no §3º;
II – Contribuições facultativas dos participantes, destinadas ao reforço ou ajuste da meta do benefício programado, calculada com base em um percentual de sua livre escolha incidente sobre o salário de participação, passível de alteração em qualquer mês;		II – Contribuições facultativas dos participantes, destinadas ao reforço ou ajuste da meta do benefício programado, calculada com base em um percentual de sua livre escolha incidente sobre o salário de participação, passível de alteração em qualquer mês;
III – Portabilidade ou aporte financeiro espontâneo, de caráter eventual, feito pelos participantes ou assistidos		III – Portabilidade ou aporte financeiro espontâneo, de caráter eventual, feito pelos participantes ou assistidos

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
com a finalidade de reforçar o saldo da conta individual e o valor do benefício suplementar;		com a finalidade de reforçar o saldo da conta individual e o valor do benefício suplementar;
IV - Rendimento das aplicações do patrimônio, relativo aos resultados obtidos pelos investimentos.		IV - Rendimento das aplicações do patrimônio, relativo aos resultados obtidos pelos investimentos.
V - Outras receitas não previstas nos incisos precedentes.		V - Outras receitas não previstas nos incisos precedentes.
§1º - A contribuição do participante será, no mínimo, de 0,5% (meio por cento) do salário de participação para custear o benefício programado, previsto na alínea "a" do inciso I, e mais o necessário para custear os benefícios de risco, previstos na alínea "b" do inciso I, e a despesa administrativa, prevista no parágrafo 1º, e no máximo o previsto no artigo 81.		§1º - A contribuição do participante será, no mínimo, de 0,5% (meio por cento) do salário de participação para custear o benefício programado, previsto na alínea "a" do inciso I, e mais o necessário para custear os benefícios de risco, previstos na alínea "b" do inciso I, e a despesa administrativa, prevista no parágrafo 1º, e no máximo o previsto no artigo 81.
§2º - A despesa administrativa relacionada com a gestão do Ceres-FlexCeres, será custeada por contribuições do Patrocinador, dos participantes e dos assistidos na forma estabelecida no plano de custeio aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo e em conformidade com a legislação em vigor.		§2º - A despesa administrativa relacionada com a gestão do Ceres-FlexCeres, será custeada por contribuições do Patrocinador, dos participantes e dos assistidos na forma estabelecida no plano de custeio aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo e em conformidade com a legislação em vigor.
§3º - A contribuição do Patrocinador, referente aos benefícios programados e de risco, previstos nas alíneas "c" e "d" do inciso I, e referente à parcela administrativa, prevista no parágrafo 1º, será limitada a 8% (oito por cento) do salário de participação de cada participante.		§3º - A contribuição do Patrocinador, referente aos benefícios programados e de risco, previstos nas alíneas "c" e "d" do inciso I, e referente à parcela administrativa, prevista no parágrafo 1º, será limitada a 8% (oito por cento) do salário de participação de cada participante.
§4º - Observadas as disposições legais vigentes, a Ceres poderá contratar junto a sociedade seguradora autorizada a funcionar no país, seguro específico para cobertura de benefícios na forma da legislação vigente vinculados ao Ceres-FlexCeres, de forma a assegurar sua solvência e equilíbrio.		§4º - Observadas as disposições legais vigentes, a Ceres poderá contratar junto a sociedade seguradora autorizada a funcionar no país, seguro específico para cobertura de benefícios na forma da legislação vigente vinculados ao Ceres-FlexCeres, de forma a assegurar sua solvência e equilíbrio.
§5º - O Patrocinador cessará o pagamento das contribuições referidas nas alíneas "c" e "d" do inciso I, a partir do 7º (sétimo) mês em que o participante cumprir os requisitos de elegibilidade plena à aposentadoria programada e permanecer vinculado ao quadro de empregados, responsabilizando-se o Participante, a partir de então, pelo recolhimento, além das suas contribuições pessoais, da contribuição patronal a que se refere a alínea "d" do inciso I.	Adaptação à Emenda Constitucional 103/2019	§5º - O Patrocinador cessará o pagamento das contribuições referidas nas alíneas "c" e "d" do inciso I, a partir do 7º (sétimo) mês em que o participante cumprir os requisitos de elegibilidade plena à aposentadoria programada, <b>considerando o parágrafo seguinte</b> , e permanecer vinculado ao quadro de empregados, responsabilizando-se o Participante, a partir de então, pelo recolhimento, além das suas contribuições pessoais, da contribuição patronal a que se refere a alínea "d" do inciso I.
	Adaptação à Emenda Constitucional 103/2019	<b>§6º - Para os fins do § 5º, visando cessar a contribuição patronal de forma obrigatória, o participante deverá ter 15 (quinze anos) anos de filiação a este plano de benefícios e a idade de 65 anos.</b>
Seção III		Seção III
"Limite Técnico da		Limite Técnico da
Taxa de Contribuição Patronal"		Taxa de Contribuição Patronal
Subseção I		Subseção I
Definição do Limite		Definição do Limite
Art. 81 - Para cada participante será fixado um limite técnico da taxa de contribuição normal do Patrocinador, de acordo com o necessário para alcançar a estimativa da meta proposta da aposentadoria programada, conforme definido no artigo 82, no pressuposto de que a taxa de contribuição normal do participante seja igual à		Art. 81 - Para cada participante será fixado um limite técnico da taxa de contribuição normal do Patrocinador, de acordo com o necessário para alcançar a estimativa da meta proposta da aposentadoria programada, conforme definido no artigo 82, no pressuposto de que a taxa de contribuição normal do participante seja igual à

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
taxa patronal, ainda que a taxa seja menor do que a definida no §3º do artigo 80.		taxa patronal, ainda que a taxa seja menor do que a definida no §3º do artigo 80.
§1º - O limite técnico mencionado no caput não poderá exceder os 8% ( oito por cento) fixados no §3º do artigo 80.		§1º - O limite técnico mencionado no caput não poderá exceder os 8% ( oito por cento) fixados no §3º do artigo 80.
§2º - Caso o cálculo da contribuição normal do Patrocinador, necessária para o alcance da estimativa da meta proposta da aposentadoria programada, indique um valor maior que o limite de 8% ( oito por cento), será oferecida ao participante a alternativa de compensar essa diferença por meio de contribuição facultativa.		§2º - Caso o cálculo da contribuição normal do Patrocinador, necessária para o alcance da estimativa da meta proposta da aposentadoria programada, indique um valor maior que o limite de 8% (oito por cento), será oferecida ao participante a alternativa de compensar essa diferença por meio de contribuição facultativa.
Subseção II		Subseção II
Estimativa da Meta Proposta de Aposentadoria Programada		Estimativa da Meta Proposta de Aposentadoria Programada
Art. 82 – No ato da inscrição no Ceres-FlexCeres, o participante será informado sobre a estimativa da meta proposta da aposentadoria programada, a ser adotada como referência.		Art. 82 – No ato da inscrição no Ceres-FlexCeres, o participante será informado sobre a estimativa da meta proposta da aposentadoria programada, a ser adotada como referência.
§1º - A estimativa da meta proposta, referida no caput, será fixada na data da inscrição no Ceres-FlexCeres, pela diferença entre o salário de participação projetado e o Valor de Referência.		§1º - A estimativa da meta proposta, referida no caput, será fixada na data da inscrição no Ceres-FlexCeres, pela diferença entre o salário de participação projetado e o Valor de Referência.
§2º - A estimativa da meta proposta não será inferior a 20% (vinte por cento) do salário de participação projetado, limitado a 20% (vinte por cento) do Valor de Referência.		§2º - A estimativa da meta proposta não será inferior a 20% (vinte por cento) do salário de participação projetado, limitado a 20% (vinte por cento) do Valor de Referência.
§3º - O salário de participação projetado, referido no caput, é o valor do salário de participação acrescido da previsão da taxa média anual de crescimento salarial até a data de elegibilidade ao plano, na qual o participante adquire 60 (sessenta) anos de idade, com no mínimo 15 (quinze) anos de contribuição ao plano.		§3º - O salário de participação projetado, referido no caput, é o valor do salário de participação acrescido da previsão da taxa média anual de crescimento salarial até a data de elegibilidade ao plano, na qual o participante adquire 60 (sessenta) anos de idade, com no mínimo 15 (quinze) anos de contribuição ao plano.
§4º - A taxa média anual de crescimento real salarial, referida no parágrafo anterior, é informada pelo Patrocinador e atualizada, anualmente, de acordo com sua política de recursos humanos.		§4º - A taxa média anual de crescimento real salarial, referida no parágrafo anterior, é informada pelo Patrocinador e atualizada, anualmente, de acordo com sua política de recursos humanos.
§5º - No caso dos participantes inscritos no Plano Básico-Ceres, a estimativa da meta proposta será resultante do maior valor obtido na forma dos parágrafos 1º e 2º, considerando-se o abono de aposentadoria previsto no Plano Básico-Ceres e deduzido o valor do benefício saldado previsto no Plano Básico-Ceres.		§5º - No caso dos participantes inscritos no Plano Básico-Ceres, a estimativa da meta proposta será resultante do maior valor obtido na forma dos parágrafos 1º e 2º, considerando-se o abono de aposentadoria previsto no Plano Básico-Ceres e deduzido o valor do benefício saldado previsto no Plano Básico-Ceres.
§6º - A meta proposta de aposentadoria programada, ou outra meta a ser escolhida pelo participante, é uma mera estimativa, não se tratando de qualquer garantia do plano e que o benefício será concedido com base no saldo de contas.		§6º - A meta proposta de aposentadoria programada, ou outra meta a ser escolhida pelo participante, é uma mera estimativa, não se tratando de qualquer garantia do plano e que o benefício será concedido com base no saldo de contas.
Subseção III		Subseção III
Requisitos para Alcance da Meta Proposta de Aposentadoria Programada		Requisitos para Alcance da Meta Proposta de Aposentadoria Programada
Art. 83 – Para que a estimativa da meta proposta da aposentadoria programada seja alcançada, será necessário que, no período entre a data da inscrição e a data prevista para a elegibilidade da meta proposta:		Art. 83 – Para que a estimativa da meta proposta da aposentadoria programada seja alcançada, será necessário que, no período entre a data da inscrição e a data prevista para a elegibilidade da meta proposta:



REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
I. O participante e o Patrocinador aporem, ininterruptamente, as contribuições no nível proposto no artigo 81;		I. O participante e o Patrocinador aporem, ininterruptamente, as contribuições no nível proposto no artigo 81;
II. Os rendimentos das aplicações do patrimônio sejam, pelo menos, iguais à variação do INPC, acrescidos da taxa de juro mencionada no inciso III;		II. Os rendimentos das aplicações do patrimônio sejam, pelo menos, iguais à variação do INPC, acrescidos da taxa de juro mencionada no inciso III;
III. A taxa de juros, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Ceres e considerada no cálculo da estimativa da meta proposta da aposentadoria programada, se mantenha;		III. A taxa de juros, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Ceres e considerada no cálculo da estimativa da meta proposta da aposentadoria programada, se mantenha;
IV. A expectativa média de sobrevivência, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Ceres, e prevista na época da inscrição se mantenha;		IV. A expectativa média de sobrevivência, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Ceres, e prevista na época da inscrição se mantenha;
V. A previsão de taxa média anual de crescimento real salarial, definida pelo Patrocinador e utilizada no cálculo da estimativa da meta proposta da aposentadoria programada, se mantenha;		V. A previsão de taxa média anual de crescimento real salarial, definida pelo Patrocinador e utilizada no cálculo da estimativa da meta proposta da aposentadoria programada, se mantenha;
§1º - Para fins de definição, a data de elegibilidade da meta proposta do benefício programado será aquela na qual o participante completa 60 (sessenta) anos de idade, com no mínimo 15 (quinze) anos de contribuição ao plano.		§1º - Para fins de definição, a data de elegibilidade da meta proposta do benefício programado será aquela na qual o participante completa 60 (sessenta) anos de idade, com no mínimo 15 (quinze) anos de contribuição ao plano.
§2º - Para os participantes inscritos no Plano Básico Ceres a idade para a elegibilidade à aposentadoria programada, mencionada no §1º, será a adotada naquele plano.		§2º - Para os participantes inscritos no Plano Básico Ceres a idade para a elegibilidade à aposentadoria programada, mencionada no §1º, será a adotada naquele plano.
Subseção IV		Subseção IV
Revisão do Limite Técnico da Contribuição Patronal		Revisão do Limite Técnico da Contribuição Patronal
Art. 84 - O limite técnico fixado na época da inscrição, conforme artigo 81, será revisto quando:		Art. 84 - O limite técnico fixado na época da inscrição, conforme artigo 81, será revisto quando:
I - a taxa de juro, prevista no inciso III do artigo 83 , for alterada ou;		I - a taxa de juro, prevista no inciso III do artigo 83 , for alterada ou;
II – a expectativa média de sobrevida, prevista no inciso IV do artigo 83 , for alterada ou;		II – a expectativa média de sobrevida, prevista no inciso IV do artigo 83 , for alterada ou;
III – a previsão da taxa média anual de crescimento real salarial, prevista no inciso V do artigo 83, for alterada.		III – a previsão da taxa média anual de crescimento real salarial, prevista no inciso V do artigo 83, for alterada.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II
Contas Individuais, Reserva Matemática, Fundos Coletivos e Capitais Segurados		Contas Individuais, Reserva Matemática, Fundos Coletivos e Capitais Segurados
Seção I		Seção I
Contas Individuais		Contas Individuais
Art. 85 - As contribuições destinadas ao custeio da aposentadoria programada, do Ceres-FlexCeres serão convertidas em cotas patrimoniais e registradas em contas individuais e fundos coletivos com a seguinte constituição e finalidade:		Art. 85 - As contribuições destinadas ao custeio da aposentadoria programada, do Ceres-FlexCeres serão convertidas em cotas patrimoniais e registradas em contas individuais e fundos coletivos com a seguinte constituição e finalidade:
I. Conta Individual do Participante: Contribuição Normal - constituída pelas contribuições mencionadas na alínea “a” do inciso I, artigo 80 e pelos recursos referidos no artigo 98, com a finalidade de prover o custeio normal dos benefícios previstos no Ceres-FlexCeres.		I. Conta Individual do Participante: Contribuição Normal - constituída pelas contribuições mencionadas na alínea “a” do inciso I, artigo 80 e pelos recursos referidos no artigo 98, com a finalidade de prover o custeio normal dos benefícios previstos no Ceres-FlexCeres.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
II. Conta Individual do Participante: Recursos Portados, Aportes e Contribuições Facultativas - constituída pelos recursos provenientes dos incisos II e III do artigo 80.		II. Conta Individual do Participante: Recursos Portados, Aportes e Contribuições Facultativas - constituída pelos recursos provenientes dos incisos II e III do artigo 80.
III. Conta Individual Patronal: Contribuição Normal - constituída pela contribuição mencionada na alínea “d” do inciso I, do artigo 80, registrada em nome de cada participante, com a finalidade de prover o custeio dos benefícios programados previstos no Ceres-FlexCeres.		III. Conta Individual Patronal: Contribuição Normal - constituída pela contribuição mencionada na alínea do inciso I, do artigo 80, registrada em nome de cada participante, com a finalidade de prover o custeio dos benefícios programados previstos no Ceres-FlexCeres.
IV - Conta Individual do Capital Segurado - Invalidez ou Pensão: constituída pela indenização, quando houver, referente ao capital segurado, feita pela Seguradora à Ceres, registrada em nome de cada participante, quando da ocorrência dos eventos de invalidez ou morte, para fins de cobertura das rendas de aposentadoria por invalidez ou pensão por morte.		IV - Conta Individual do Capital Segurado - Invalidez ou Pensão: constituída pela indenização, quando houver, referente ao capital segurado, feita pela Seguradora à Ceres, registrada em nome de cada participante, quando da ocorrência dos eventos de invalidez ou morte, para fins de cobertura das rendas de aposentadoria por invalidez ou pensão por morte.
V - Conta Individual do Capital Segurado - Pecúlio: constituída pela indenização, quando houver, referente ao capital segurado, feita pela Seguradora à Ceres, registrada em nome de cada participante, quando da ocorrência do evento morte, para fins de cobertura do pecúlio por morte.		V - Conta Individual do Capital Segurado - Pecúlio: constituída pela indenização, quando houver, referente ao capital segurado, feita pela Seguradora à Ceres, registrada em nome de cada participante, quando da ocorrência do evento morte, para fins de cobertura do pecúlio por morte.
VI. Conta Individual de Benefício Concedido - Renda – Constituída em nome de cada assistido, na data do início do seu respectivo benefício, pela transferência dos saldos das contas mencionadas nos incisos I a IV, com a finalidade de calcular o benefício, com a conversão atuarial do referido saldo da conta individual de benefício concedido numa renda vitalícia.		VI. Conta Individual de Benefício Concedido - Renda – Constituída em nome de cada assistido, na data do início do seu respectivo benefício, pela transferência dos saldos das contas mencionadas nos incisos I a IV, com a finalidade de calcular o benefício, com a conversão atuarial do referido saldo da conta individual de benefício concedido numa renda vitalícia.
VII. Conta Individual de Benefício Concedido - Pecúlio – Constituída em nome de cada assistido, na data do início do seu respectivo benefício, pela transferência do saldo da conta mencionada no inciso V, com a finalidade de prover o pagamento do pecúlio.		VII. Conta Individual de Benefício Concedido - Pecúlio – Constituída em nome de cada assistido, na data do início do seu respectivo benefício, pela transferência do saldo da conta mencionada no inciso V, com a finalidade de prover o pagamento do pecúlio.
Art. 86 - A Ceres enviará aos participantes e assistidos demonstrativos financeiros contendo informações sobre a evolução do patrimônio, rentabilidade e composição das contas individuais, dentro dos prazos fixados pela legislação.		Art. 86 - A Ceres enviará aos participantes e assistidos demonstrativos financeiros contendo informações sobre a evolução do patrimônio, rentabilidade e composição das contas individuais, dentro dos prazos fixados pela legislação.
Subseção I		Subseção I
Cotas Patrimoniais		Cotas Patrimoniais
Art.87 - As cotas patrimoniais referidas no artigo 85 terão, na data da implantação do Ceres-FlexCeres, o mesmo valor da cota vigente no plano de benefícios quando regido pelo regulamento do plano de benefícios Epagri-FlexCeres, na data da adesão do participante para o Regulamento do plano Ceres-FlexCeres.		Art.87 - As cotas patrimoniais referidas no artigo 85 terão, na data da implantação do Ceres-FlexCeres, o mesmo valor da cota vigente no plano de benefícios quando regido pelo regulamento do plano de benefícios Epagri-FlexCeres, na data da adesão do participante para o Regulamento do plano Ceres-FlexCeres.
§1º - As contribuições serão convertidas em cotas mediante divisão de seu valor nominal pelo valor da cota vigente no último dia útil do mês anterior.		§1º - As contribuições serão convertidas em cotas mediante divisão de seu valor nominal pelo valor da cota vigente no último dia útil do mês anterior.
§2º – O valor da cota será calculado em função da variação mensal do patrimônio do Ceres-FlexCeres e em conformidade com metodologia respaldada em Nota Técnica Atuarial.		§2º – O valor da cota será calculado em função da variação mensal do patrimônio do Ceres-FlexCeres e em conformidade com metodologia respaldada em Nota Técnica Atuarial.
Seção II		Seção II
"Provisão Matemática de Benefício Concedido"		"Provisão Matemática de Benefício Concedido"

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Benefício Concedido"		Benefício Concedido"
Art. 88 - A provisão matemática de benefício concedido é um montante necessário para o pagamento vitalício dos benefícios, calculado mensalmente e de forma atuarial com base no valor de cada benefício dos assistidos.		Art. 88 - A provisão matemática de benefício concedido é um montante necessário para o pagamento vitalício dos benefícios, calculado mensalmente e de forma atuarial com base no valor de cada benefício dos assistidos.
Seção II		Seção II
Fundos Coletivos		Fundos Coletivos
Art. 89 - As contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco e da administração do plano, previstas nas alíneas “b” e “d” do inciso I e do §1º do Art. 80, e as transferências de valores de contas individuais serão registradas em fundos coletivos com a seguinte constituição e finalidade:		Art. 89 - As contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco e da administração do plano, previstas nas alíneas “b” e “d” do inciso I e do §1º do Art. 80, e as transferências de valores de contas individuais serão registradas em fundos coletivos com a seguinte constituição e finalidade:
I. Fundo Coletivo de Desligamento – constituído pelas transferências do saldo da conta mencionada no inciso III do artigo 85, relativos aos participantes que tenham obtido o resgate de suas contribuições, na forma do artigo 69, com a finalidade de recompor ou reforçar os fundos coletivos previdenciais.		I. Fundo Coletivo de Desligamento – constituído pelas transferências do saldo da conta mencionada no inciso III do artigo 85, relativos aos participantes que tenham obtido o resgate de suas contribuições, na forma do artigo 69, com a finalidade de recompor ou reforçar os fundos coletivos previdenciais.
II. Fundo Coletivo de Cobertura de Risco - constituído pelas contribuições mencionadas nas alíneas “b” e “d” do inciso I do artigo 80, com a finalidade de custear os benefícios de risco;		II. Fundo Coletivo de Cobertura de Risco - constituído pelas contribuições mencionadas nas alíneas “b” e “d” do inciso I do artigo 80, com a finalidade de custear os benefícios de risco;
III. Fundo Coletivo Administrativo – constituído pelas contribuições mencionadas no §1º do artigo 80, com a finalidade de custear a gestão administrativa do Ceres-FlexCeres;	Ajuste de Redação	III. Fundo Coletivo Administrativo – constituído pelas contribuições mencionadas no <del>§1º</del> §2º do artigo 80, com a finalidade de custear a gestão administrativa do Ceres-FlexCeres;
SEÇÃO III		SEÇÃO III
Capital Financeiro Segurado		Capital Financeiro Segurado
Art. 90 - O valor do capital financeiro segurado é o valor pleno do capital financeiro necessário para a cobertura dos benefícios de risco provenientes de renda previstos nesse Regulamento, deduzido do saldo das contas individuais mencionadas nos incisos de I a III do artigo 85 , que deve ser indenizado pela Seguradora à Ceres quando da ocorrência dos eventos de invalidez e morte.		Art. 90 - O valor do capital financeiro segurado é o valor pleno do capital financeiro necessário para a cobertura dos benefícios de risco provenientes de renda previstos nesse Regulamento, deduzido do saldo das contas individuais mencionadas nos incisos de I a III do artigo 85 , que deve ser indenizado pela Seguradora à Ceres quando da ocorrência dos eventos de invalidez e morte.
§1º - O valor pleno do capital financeiro será calculado atuarialmente, de forma que esse montante seja suficiente para o pagamento de uma renda mensal e vitalícia.		§1º - O valor pleno do capital financeiro será calculado atuarialmente, de forma que esse montante seja suficiente para o pagamento de uma renda mensal e vitalícia.
§2º - O valor pleno do capital financeiro a ser segurado deve ser atualizado e informado periodicamente pela Ceres à Seguradora, de forma que se tenha o capital segurado, a ser indenizado, o mais atualizado possível, conforme §3º do artigo 33.		§2º - O valor pleno do capital financeiro a ser segurado deve ser atualizado e informado periodicamente pela Ceres à Seguradora, de forma que se tenha o capital segurado, a ser indenizado, o mais atualizado possível, conforme §3º do artigo 33.
CAPÍTULO III		CAPÍTULO III
Arrecadação		Arrecadação
Art. 91 - As contribuições previstas nos incisos I e II, ambos do artigo 80, terão vencimento no dia primeiro do mês subsequente ao de competência, podendo ser recolhidas à Ceres, até o 10º (décimo) dia útil do mesmo mês de vencimento.		Art. 91 - As contribuições previstas nos incisos I e II, ambos do artigo 80, terão vencimento no dia primeiro do mês subsequente ao de competência, podendo ser recolhidas à Ceres, até o 10º (décimo) dia útil do mesmo mês de vencimento.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§1º - As contribuições dos participantes referidas no caput serão descontadas “ex-officio” na folha de pagamento do Patrocinador.		§1º - As contribuições dos participantes referidas no caput serão descontadas “ex-officio” na folha de pagamento do Patrocinador.
§2º - As contribuições dos assistidos serão descontadas “ex-officio” na folha de pagamento de benefícios.		§2º - As contribuições dos assistidos serão descontadas “ex-officio” na folha de pagamento de benefícios.
§3º - Verificando-se o recolhimento das contribuições em data posterior ao 10º (décimo) dia útil previsto no caput, os valores devidos terão correção monetária, calculada pela variação do INPC, e os juros compostos ao mês, equivalentes aos juros atuariais vigentes, aplicados “pro-rata-tempore” a partir do dia primeiro do mês subsequente ao mês de competência.		§3º - Verificando-se o recolhimento das contribuições em data posterior ao 10º (décimo) dia útil previsto no caput, os valores devidos terão correção monetária, calculada pela variação do INPC, e os juros compostos ao mês, equivalentes aos juros atuariais vigentes, aplicados “pro-rata-tempore” a partir do dia primeiro do mês subsequente ao mês de competência.
§4º - No caso em que o atraso no recolhimento das contribuições ultrapasse 90 (noventa) dias, contados da data prevista para recolhimento mencionada no caput, o Patrocinador estará sujeito, além da correção monetária e dos juros mencionados no §3º, à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sem prejuízo das demais penalidades legais, devendo a Ceres promover a cobrança judicial, nos termos da lei.		§4º - No caso em que o atraso no recolhimento das contribuições ultrapasse 90 (noventa) dias, contados da data prevista para recolhimento mencionada no caput, o Patrocinador estará sujeito, além da correção monetária e dos juros mencionados no §3º, à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sem prejuízo das demais penalidades legais, devendo a Ceres promover a cobrança judicial, nos termos da lei.
CAPÍTULO IV		CAPÍTULO IV
Aplicação do Patrimônio		Aplicação do Patrimônio
Art. 92 - O patrimônio do Ceres-FlexCeres, será aplicado, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e em conformidade com a política de investimentos da Ceres, observado o seguinte:		Art. 92 - O patrimônio do Ceres-FlexCeres, será aplicado, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e em conformidade com a política de investimentos da Ceres, observado o seguinte:
I. rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do Plano de Custeio;		I. rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do Plano de Custeio;
II. garantia dos investimentos;		II. garantia dos investimentos;
III. manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados;		III. manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados;
IV. transparência das operações.		IV. transparência das operações.
TÍTULO V		TÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS		DISPOSIÇÕES FINAIS
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
Alterações do Regulamento		Alterações do Regulamento
Art. 93 - Este Regulamento só poderá ser alterado por deliberação dos membros do Conselho Deliberativo e aprovação pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, na formada legislação vigente.		Art. 93 - Este Regulamento só poderá ser alterado por deliberação dos membros do Conselho Deliberativo e aprovação pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, na formada legislação vigente.
Parágrafo único – As alterações do Ceres-FlexCeres não poderão:		Parágrafo único – As alterações do Ceres-FlexCeres não poderão:
a) contrariar os objetivos referidos no artigo 1º do Estatuto;		a) contrariar os objetivos referidos no artigo 1º do Estatuto;
b) reduzir benefícios já iniciados;		b) reduzir benefícios já iniciados;
c) prejudicar direitos acumulados dos participantes e assistidos.		c) prejudicar direitos acumulados dos participantes e assistidos.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Disposições Gerais		Disposições Gerais
Art. 94 - O direito aos benefícios previstos neste Regulamento não prescreverá, mas prescreverão as mensalidades não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que forem devidas.		Art. 94 - O direito aos benefícios previstos neste Regulamento não prescreverá, mas prescreverão as mensalidades não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que forem devidas.
Parágrafo único – Não corre prescrição contra menores, incapazes e ausentes, na forma da lei, com as observações contidas neste regulamento.		Parágrafo único – Não corre prescrição contra menores, incapazes e ausentes, na forma da lei, com as observações contidas neste regulamento.
Art. 95 - Sem prejuízo da apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições exigidas para a continuidade do pagamento dos benefícios de risco previstos neste Regulamento, a Ceres manterá serviços de inspeção destinados a investigar a preservação de tais condições, podendo solicitar a comprovação da continuidade do pagamento do benefício pelo Regime Geral da Previdência Social, requerer outros documentos e cancelar benefícios já concedidos		Art. 95 - Sem prejuízo da apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições exigidas para a continuidade do pagamento dos benefícios de risco previstos neste Regulamento, a Ceres manterá serviços de inspeção destinados a investigar a preservação de tais condições, podendo solicitar a comprovação da continuidade do pagamento do benefício pelo Regime Geral da Previdência Social, requerer outros documentos e cancelar benefícios já concedidos
§1º - No caso de revisão de benefícios que resultar em valor superior ou inferior ao que vinha sendo pago, as diferenças serão objeto de atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês do fato gerador e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, observados os limites de descontos previstos na legislação da previdência social.		§1º - No caso de revisão de benefícios que resultar em valor superior ou inferior ao que vinha sendo pago, as diferenças serão objeto de atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês do fato gerador e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, observados os limites de descontos previstos na legislação da previdência social.
§2º- As importâncias recebidas indevidamente por assistido, nos casos comprovados de fraude, dolo ou má-fé provocados pelo próprio assistido, serão restituídas à Ceres, nos termos da legislação pertinente, com atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês em que se deu o recebimento indevido e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, acrescida de juro de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) (juros do plano) ao mês e multa de 2% (dois por cento).		§2º- As importâncias recebidas indevidamente por assistido, nos casos comprovados de fraude, dolo ou má-fé provocados pelo próprio assistido, serão restituídas à Ceres, nos termos da legislação pertinente, com atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês em que se deu o recebimento indevido e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, acrescida de juro de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) (juros do plano) ao mês e multa de 2% (dois por cento).
§3º - As importâncias não recebidas em vida pelo assistido, relativas às prestações vencidas e não prescritas, serão pagas aos beneficiários inscritos ou habilitados ao benefício de Pensão, qualquer que seja o seu valor e na proporção das respectivas cotas e, na falta de beneficiários, aos herdeiros legais do assistido, na forma da legislação vigente.		§3º - As importâncias não recebidas em vida pelo assistido, relativas às prestações vencidas e não prescritas, serão pagas aos beneficiários inscritos ou habilitados ao benefício de Pensão, qualquer que seja o seu valor e na proporção das respectivas cotas e, na falta de beneficiários, aos herdeiros legais do assistido, na forma da legislação vigente.
Art. 96 - As contribuições do Patrocinador, os benefícios de natureza previdenciária e as demais condições contratuais previstas neste regulamento não integram o contrato de trabalho do participante com o Patrocinador, na qualidade de Patrocinador deste Plano de Benefícios, bem como a remuneração do participante.		Art. 96 - As contribuições do Patrocinador, os benefícios de natureza previdenciária e as demais condições contratuais previstas neste regulamento não integram o contrato de trabalho do participante com o Patrocinador, na qualidade de Patrocinador deste Plano de Benefícios, bem como a remuneração do participante.
Art. 97 – Os empregados do Patrocinador, ex-participantes do Plano Básico-Ceres, que se inscreverem no Ceres-FlexCeres, no prazo de 90 (noventa) dias após a aprovação deste Regulamento pela autoridade pública competente, terão o direito de transferir como aporte inicial para este plano de benefícios, as contribuições pessoais acumuladas e não recebidas no Plano Básico-Ceres.		Art. 97 – Os empregados do Patrocinador, ex-participantes do Plano Básico-Ceres, que se inscreverem no Ceres-FlexCeres, no prazo de 90 (noventa) dias após a aprovação deste Regulamento pela autoridade pública competente, terão o direito de transferir como aporte inicial para este plano de benefícios, as contribuições pessoais acumuladas e não recebidas no Plano Básico-Ceres.
CAPÍTULO III		CAPÍTULO III
Vigência do Regulamento		Vigência do Regulamento

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Art. 98 - Este Regulamento terá vigência após aprovação pela autoridade pública competente, na forma da legislação em vigor.		Art. 98 - Este Regulamento terá vigência após aprovação pela autoridade pública competente, na forma da legislação em vigor.